



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A SER USADO EM INVÓLUCRO SICHADO DE PLÁSTICO
PODE ABIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL
TAXA PAGA PORTUGAL CONTRATO 377668

Contra a redução dos salários e o congelamento das carreiras e das pensões

Contra o congelamento do ingresso em quadro e a redução do emprego

Contra o aumento dos descontos para a CGA e do IVA

Contra a eliminação das deduções fiscais e de prestações do abono de família

Contra a redução das participações da ADSE

NÃO PODEMOS ACEITAR ISTO!

Se não reagirmos já, vamos perder agora... e, no futuro, o ataque será ainda pior.



6 NOV. 2010 LISBOA 15H00
PRAÇA DO MARQUÊS DE POMBAL
MANIFESTAÇÃO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Frente Comum
Sindicatos Administração Pública

FENPROF – Federação Nacional dos Professores
FRENTE COMUM de Sindicatos da Administração Pública



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

JF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | nº 246 | Outubro '10 | 0,50 Euros

Manuel Carvalho da Silva ao JF:

"Temos todas as condições para construir uma grande Greve Geral em 24 de Novembro"



GREVE GERAL

24 de Novembro



Centenário do Dia Internacional da Mulher
Colecionável 5



Milhões contra esta política e este rumo!

É extraordinária a forma leviana com que ministras(os) dizem e desdizem sobre o mesmo assunto, bastando para tal fazer crer que a coisa afinal não foi como se pensava. As decisões recentemente tomadas que irão afectar, e de que maneira, o sector público de Educação, estavam há muito preparadas, restando saber se o governo, em 8 de Janeiro, quando assinava o acordo de princípios sobre carreira e vinha a público declarar a realização de um concurso para ingresso em quadro para milhares de contratados, não teria já a intenção de bloquear todos estes processos quando da discussão do Orçamento de Estado de 2011.

De acordo com as informações vindas recentemente a público, tudo indica que sim, pois o cenário de crise estava há muito desenhado, aguardando-se, apenas o melhor momento para o fixar na opinião pública.

O protesto vai ser, por isso, inevitável e a resposta dos trabalhadores, através da Greve Geral, juntará milhões contra esta política e este rumo. Os professores dirão presente, numa mobilização que cresce de dia para dia. Sente-se fervilhar a vontade de regressar à rua e de fazer uma grande, grande, paralisação. | LL •



O protesto e a luta

Inevitavelmente, estão a subir de tom. Com o roubo nos salários, nas carreiras e nos impostos; com a violação de acordos e compromissos; com a degradação de serviços públicos e a eliminação de apoios sociais... não há alternativa ao protesto e à luta! Em Novembro, 6 e 24, serão ótimos arranques de uma luta que não pode conhecer tréguas! •



Alecrim e mangerona

Guerras de Alecrim e Mangerona são as que PS e PSD fingem armar em torno de pequenos desentendimentos e ligeiras divergências. Ambos procuram fazer parecer que nada têm a ver com as medidas que "acertaram" para o OE 2011... mas têm! No essencial do ataque desferido contra os trabalhadores e os serviços públicos, PS e PSD mais do que convergem, casam lindamente e têm bons padrinhos: Cavaco e Barroso. •



04 Em foco

Financiamento da Educação. Condicionantes, mitos e realidades
António Nabarrete

06 Em foco

Governo viola acordo sobre carreiras, entre outros compromissos

08 Entrevista

"Temos todas as condições para uma grande Greve Geral"

Manuel Carvalho da Silva ao JF

10 Impressões

Mega-agrupamentos: Instabilidade, pior serviço público, mais desemprego!

Francisco Almeida

14 Reportagem

A mudança começa na escola com os professores: Iniciativas da FENPROF em Lisboa e no Fundão; homenagem /exposição a José Salgado Sampaio

José Paulo Oliveira

15 Reportagem

"Lutar pela qualidade da Educação é uma afirmação de cidadania"

Mário Nogueira, 9 de Outubro de 2010

Coleccionável

100 anos de caminhos e lutas pela igualdade (5)



21 Apontamentos

AECs: Tubo de ensaio | Formação Contínua: Direito de todos ou negócio de alguns? | Horários de Trabalho: Afinal, quem defende o teu?

24 Entrevista

Ao Secretário do SPE/FENPROF

26 Reportagem

Jornada de reflexão sobre integração e sucesso escolar – Luxemburgo

José Paulo Oliveira

28 Nacional

FENPROF e Sindicato dos Psicólogos em declaração conjunta

24 Culturais

É neste contexto de opção e não de inevitabilidade que o OE para 2011 prevê reduzir salários, congelar carreiras, não contar tempo de serviço, agravar impostos e descontos, em suma, se orienta para roubar ainda mais a quem trabalha!



A evitabilidade da opção política

A ideia de inevitabilidade das medidas que o governo do PS quer impor, com o aparente desacordo, mas o efectivo apoio do PSD, tem cada vez menor credibilidade. Na verdade, tais medidas correspondem a uma opção política e não a uma inevitabilidade. O governo optou e, no que é essencial, o PSD aplaude, por continuar a proteger uma Banca que, em 2009, pagou 4,3% de impostos contra os 26,5% que, em média, foi cobrado à generalidade das empresas; por "enterrar" cerca de 5 mil milhões de euros públicos num BPN que pretende vender por... 200 milhões; por proteger as grandes fortunas, criando condições para que, em 2009, tivessem surgido mais 600 multimilionários no nosso país... simultaneamente, o governo opta por empobrecer ainda mais os pobres e empurrar para a pobreza milhares de famílias "remediadas"; por estabelecer desastrosas "parcerias" com privados, enquanto descapitaliza serviços públicos, apesar de aumentar a comparticipação dos beneficiários ao mesmo tempo que lhes reduz os benefícios...

É neste quadro de opção política e não de inevitabilidade que se deve encarar a proposta de Orçamento de Estado para 2011 apoiada por PS e PSD, ainda que, por parte deste, discretamente, mas apenas por razões de (um) poder (que pretende).

É neste contexto de opção e não de inevitabilidade que o OE para 2011 prevê reduzir salários, congelar carreiras, não contar tempo de serviço, agravar impostos e descontos, em suma, se orienta para **roubar ainda mais a quem trabalha!**

É ainda nesse contexto que surgem cortes fortíssimos em sectores que seriam essenciais num verdadeiro Estado social que, cada vez mais, se esgota no discurso. Na Educação, a redução directa é da ordem dos 803 milhões de euros (11,2%), mais o que, devido ao corte de 277 milhões às autarquias se reflectirá nas escolas e nos apoios aos alunos e às famílias.

Como se não bastasse a opção política, a Educação confronta-se ainda com outro grave problema: a falta de dimensão e peso políticos da equipa ministerial. Até a elaboração de propostas para reduções orçamentais foi entregue a um grupo chefiado pelas Finanças que, ao ME, não deu confiança, a ponto de à Ministra da Educação, segundo a própria, não ter sido enviado o relatório sobre o trabalho realizado, como estava legalmente previsto.

Há, de facto, um problema grave na Educação que a faz mergulhar numa crise ainda mais profunda e que decorre, por um lado, das opções do governo e da direita em que se apoia, por outro, da falta de personalidade política de uma equipa que, de forma cada vez mais notória, se limita a gerir, desempenhando o papel de mera repartição das finanças.

Nada disto é inevitável, nem a ausência de política educativa, nem a opção por este Orçamento de Estado. Inevitável é a luta contra o que nos querem impor e por uma efectiva mudança de rumo; inevitável é lutarmos por medidas cujo alcance não seja o de apenas reformar este estado de coisas, mas transformá-lo num Estado verdadeiramente social. Esse é imperativo de todos os trabalhadores, logo, do seu movimento sindical. •

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)



ficha técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redacção e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Director: Mário Nogueira | Chefe de Redacção: Luís Lobo | luis.lobos@sprc.pt | Conselho de Redacção: Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redacção: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 62.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | Edição, Distribuição e Publicidade: EDITPROF - Publicações, LDA | NIPC: 509434720 | Capital Social: 5.000,00 euros | Registo: Conservatória do Registo Comercial - R.N.P.C. Lisboa | Sede: R. Fialho de Almeida, n.º 3 - 1070 Lisboa. O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



Financiamento da Educação Condicionantes, mitos e realidade

Extraordinário é o facto de a universalização do Ensino Secundário ser outras das prioridades orçamentais a partir de 2011. Isto, enquanto os professores, que podem regressar a níveis salariais de há uma década, se debatem com horários de trabalho de horror, uma avaliação iníqua e sem objectivos, escolas apinhadas, hiper-mega-agrupamentos desenhados a oito (sem financiamento adequado e sem condições de trabalho e estudo) e formação contínua inexistente.

As condicionantes

Portugal foi, em meados do século XVIII, um dos países pioneiros na assumpção da responsabilidade pelo lançamento do ensino popular. Mas logo aí começou também a distinguir-se, de forma claramente negativa, como um dos estados onde o sub financiamento dos sistemas educativos foi à partida evidente, tornando-se crónico com o correr dos anos. Por isso, Portugal esteve sempre incluído entre o pequeno grupo de países europeus que menos investiram na educação nos 150 anos que medeiam entre 1850 e o final

do século XX, período absolutamente decisivo para a construção dos principais sistemas educativos da Europa e da América do Norte.

Na década de 60 do século XX, Portugal investia na Educação cerca de 1/4 do que investiam a generalidade dos países europeus. A Revolução do 25 de Abril de 1974 produziu a primeira alteração verdadeiramente positiva em termos de financiamento da educação. Entre meados de 74 e meados de 77 o investimento nesta área passou de 1,4% do PIB para 3,1%. Nos 13 anos seguintes voltou-se ao habitual sub financiamento. Apesar

do enorme atraso do país em matéria de educação, nesses 13 anos o aumento do investimento nessa área, em percentagem do PIB, foi absolutamente marginal: 0,8%. Apenas nos anos compreendidos entre 1991 e 2002 se assistiu a um crescimento, relativamente sustentado, do investimento na educação em percentagem do PIB: em 2002 situava-se muito perto dos 5,5%. De 2002 para cá foi sempre a desinvestir: em 2008 as despesas com a educação representavam 4,4% do PIB.

Os mitos

Em 2002 Portugal registou o valor mais elevado (nominal e real) de despesa por aluno (do pré-escolar ao superior) de toda a sua história: 6.080 euros. A média dos países da OCDE nesse ano situou-se mais acima: 6.687 euros.

Contudo, este valor de 2002, o valor de topo de uma sequência de subida relativamente consistente desde meados da década de 90 do século XX, acabou por estar na base de um mito acerrimamente defendido pelos neoliberais: *Portugal investe muito na Educação, tanto como qualquer país rico da Europa*. O que sendo falso sob todos os pontos de vista lhes permitiu construir outro mito (ou a outra face do mesmo): os resultados educativos não correspondem a esse elevado investimento. Em 2004 a despesa por aluno descia para 5.609 euros. A média dos países da OCDE subia para 7.061 euros. Portugal passava a ocupar o 23º lugar entre 34 países. Tinha sido fugaz o esforço de melhorar o investimento na educação procurando esbater o fosso histórico que nos separava (e hoje em dia nos separa cada vez mais) dos nossos parceiros europeus. E não só. Este nível de despesa por aluno representava cerca de metade do esforço dos EUA.

Esta inflexão da curta "paixão" pela educação correspondeu a um propósito deliberado de limitar as despesas com essa área, uma evidente subordinação aos "PEC's" e um triunfo do discurso neoliberal do Governo de Durão Barroso, que teve sequelas "aprimoradas" nos dois governos de Sócrates, independentemente de alguns desvíos de circunstância.

A retórica do esbanjamento de verbas na educação sem resultados palpáveis acabou por permitir a construção de outro mito: *os recursos humanos da educação (em resumo, os professores!) absorvem quantias astronómicas*. De forma indiferenciada, isto é, *sem qualquer respeito pelo mérito*. Logo, *os professores ganham muito, não são avaliados, e não melhoram os resultados*.

Este segundo mito teve consequências desastrosas em termos da valorização dos professores e educadores (e de outros profissionais importantes no espaço escolar). Os dados do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da

Educação ilustram de forma inequívoca esta realidade: em 2002 a percentagem das despesas com pessoal no Orçamento da Educação elevavam-se a 82,5%; em 2009 ficaram-se pelos 72,6% (apesar de ter correspondido ao único ano deste ciclo em que houve aumento real de salários). A previsão para 2010 fica-se pelos 72,3%. Quebras de salário (real e nominal), e precarização da profissão, explicam a maior parte desta realidade.

As medidas postas em prática à sombra destes mitos têm contribuído de forma decisiva para fragilizar o Ensino Público e abrir o caminho para a sua privatização através da transferência de fundos públicos para as mãos de interesses privados.

A realidade

Para 2011, à sombra do agravamento da crise, a educação é completamente secundarizada na proposta de Orçamento. As despesas com pessoal descem mais de 9% (a redução de salários dos professores e a diminuição da contratação explicam a maior parte desta quebra). As despesas

de investimento caem mais de 63% relativamente à execução prevista para 2010, enquanto as despesas de funcionamento sofrem um corte de mais de 12%.

Por outro lado, a Educação Pré-escolar é atingida por um corte de quase 9%, quando um dos objectivos orçamentais é precisamente concretizar a universalização da sua frequência, alargando-o às crianças a partir dos 3 anos de idade. Equação espantosa!

Porém, o mais extraordinário é o facto da universalização do Ensino Secundário ser outras das prioridades orçamentais a partir de 2011. Isto, enquanto os professores, que podem regressar a níveis salariais de há uma década, se debatem com horários de trabalho de horror, uma avaliação iníqua e sem objectivos, escolas apinhadas, hiper-mega-agrupamentos desenhados a oito (sem financiamento adequado e sem condições de trabalho e estudo) e formação contínua inexistente. E a fantasia não se fica por aí. A proposta de Orçamento para 2011 prevê, entre outras, o alargamento das oportunidades de qualificação certificada para jovens

e adultos, a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos e o reforço das condições de funcionamento e autonomia das escolas. A mesma proposta de Orçamento que anuncia estes tremendos objectivos educativos retira ao sector mais de mil milhões de euros e entrega mil e setecentos milhões às parcerias público-privadas, num aumento de 520% relativamente a 2010.

Em resumo, a política educativa portuguesa está envolta numa dupla cegueira: a do governo, no seu todo, com os seus cortes cegos que só empobrecem os portugueses e põem em causa a Escola Pública, e a do Ministério de Educação que não tem intervenção política e se constituiu como uma mera direcção de serviços do Ministério das Finanças.

Inverter esta situação é um verdadeiro imperativo nacional de que depende o futuro do país. Através da acção e da luta, os professores saberão dar o seu contributo. ●

Os cortes no Orçamento da Educação

O valor global do impacto das medidas de racionalização de recursos na Educação anda em torno de qualquer coisa como 0,4% do PIB. Este brutal corte, sabendo-se que a verba do OE (Educação) do PIB já é uma das mais baixas da União Europeia, afasta ainda mais Portugal da possibilidade de ascender a indicadores de qualidade que se exigem como forma de fazer face aos problemas de que padece o sistema educativo português.

Assim, de entre um leque enorme de medidas no âmbito da redução das despesas de funcionamento, prevê o Governo, na sua proposta, no que é corroborado pelo PSD, a acreditar nas críticas formuladas pelo maior partido da oposição, que deixam passar incólume o agora anunciado:

- Redução de docentes a leccionar;
- Eliminação das áreas curriculares não disciplinares (área de projecto e estudo acompanhado);
- A obrigatoriedade de leccionação de uma turma pelos bibliotecários,
- Redução das receitas para o desenvolvimento de programas que visam combater o insucesso e o abandono escolar, como são o "Programa Escolhas", "Educação para a Saúde", "Plano

Nacional de Leitura" e "Rede de Bibliotecas Escolares";

- Redução de encargos com órgãos de gestão através do processo de reordenamento da rede escolar;
- Redução do número de adjuntos das direcções das escolas;
- Redução do crédito horário das escolas
- Redução de assessorias e de das dispensas da componente lectiva dos coordenadores de estabelecimento;
- Redução de horas do Plano Tecnológico da Educação;
- Agravamento das reduções dos orçamentos de funcionamento das escolas;
- Alteração à redução da componente lectiva decorrente das regras aplicadas ao trabalho nocturno.

Mais precariedade

Mas a proposta de OE do Governo vai muito mais longe, ampliando, nalguns casos a precariedade profissional de docentes, designadamente dos TEIP, ou transferindo para um domínio não controlável pelo Estado português, áreas que até agora eram por si assumidas. Neste âmbito, note-se a falta de coragem política para tomar decisões há muito exigidas

(como é a relativa à revisão das condições de financiamento do ensino privado) e a transferência de encargos com o financiamento através da União Europeia (financiamento através de fundos comunitários):

- Reformulação dos contratos de associação e contratos simples;
- Contratos de patrocínio;
- Docentes Contratados dos TEIP;
- CEF e Cursos profissionais das escolas Públicas;
- Transferência do financiamento das escolas profissionais privadas da DREVT para o POPH.

Há, porém, um traço dominante no conjunto de medidas agora anunciadas. O Governo visa, principalmente, reduzir os encargos com recursos humanos, principalmente através da redução de pessoal, mesmo que isso ponha em causa a qualidade de ensino e, ao transferir para os fundos comunitários o financiamento de parte do Orçamento da Educação, não resolve problemas de fundo, mas lava as suas mãos de quaisquer consequências imprevisíveis que decorram desta alteração. | LL ●

Reunião com Ministério da Educação confirma: Governo viola acordo sobre carreiras, entre outros compromissos

A reunião realizada entre a FENPROF e o ME (21/10/2010), com a presença da Ministra da Educação, confirmou o pior cenário...

O acordo de princípios sobre a carreira docente está definitivamente posto em causa e o concurso para ingresso nos quadros, que deveria realizar-se em 2011, não terá lugar. É, pelo menos, esta a intenção do Governo. Veremos, agora, até onde a luta dos professores e educadores vai alterar tal intenção.

Relativamente ao acordo sobre carreiras, o desrespeito ocorre a partir do momento em que, com as medidas aprovadas pelo Governo e propostas para o Orçamento de Estado, é:

- Congelada a progressão;
- Bloqueado o regime transitório;
- Impedido o reposicionamento na nova carreira;
- Reduzido o índice de cada escalão da carreira docente;
- Reduzido, nesse quadro, o valor acordado para o novo escalão de topo;
- Alterada a relação indiciária entre escalões. Ou seja, resta apenas a avaliação de desempenho.

Como se fez notar, o modelo avaliação de desempenho que vigora, mereceu sempre sérias críticas da FENPROF que nunca o assinaria, caso o acordo não tivesse sido global e os aspectos de carreira não justificassem tal assinatura. Assim não!

A FENPROF considera que o incumprimento de parte do acordo (a mais importante e a única positiva) se traduz no rompimento do mesmo na globalidade, uma vez que este foi assim assinado e não de forma seccionada.

Já em relação a compromissos, a FENPROF considera absolutamente reprovável a negação do que foi assumido pelo ME relativamente à realização de um concurso, designadamente para ingresso dos docentes contratados nos quadros no ano de 2011. O arrastamento desta



Delegação sindical no ME (21/10/2010)

situação de precariedade terá consequências dramáticas para milhares de professores contratados, afectará muito negativamente as escolas, sobretudo nos planos organizacional e de funcionamento, e terá implicações óbvias na própria qualidade educativa.

A FENPROF recordou também outros compromissos que o ME desrespeitou, nomeadamente relacionados com os horários de trabalho dos professores e educadores (que, não só, não adequou às exigências da actividade pedagógica, como promove ilegalidades, através da intervenção das DRE's e da IGE, o que, neste caso, é ainda mais reprovável) e com o esclarecimento, junto das escolas, de que da ausência de formação contínua adequada e gratuita não pode decorrer qualquer penalização para os professores, quer no que respeita à sua avaliação, quer à progressão na carreira.

A FENPROF desenvolverá uma acção forte e determinada nos mais diversos planos: reivindicativo, institucional e jurídico.... para alterar o presente, mas também a pensar no futuro que urge prevenir!

Cortes e mais cortes...

Por fim, a FENPROF manifestou a mais profunda preocupação com as medidas economicistas que são propostas em OE para 2011 e se dirigem directamente ao funcionamento das escolas, destacando-se a redução do número de docentes, a redução do crédito horário das escolas ou a redução do orçamento de funcionamento das escolas.

Estes foram apenas alguns exemplos apresentados, entre outros, que, a serem concretizados constituirão um profundo revés na capacidade de trabalho das escolas e na qualidade da sua resposta educativa.

Aos 803 milhões de euros que o Governo quer cortar directamente na Educação, crescem os quase 300 milhões que se prepara para cortar às autarquias. Dadas as suas responsabilidades crescentes para com as escolas, os alunos e as suas famílias, este é mais um aspecto negativo que também terá de se registar como tal.

Professores em força no 6 e no 24 de Novembro

Face ao que nesta reunião se confirmou, saem reforçadas as razões que levarão os professores e educadores à luta, participando em força na Manifestação Nacional de 6 de Novembro e também na Greve Geral de dia 24 de Novembro.

Ficou, no entanto, ainda mais claro que depois dessas jornadas de luta geral, aos professores e educadores, em acções próprias ou convergentes com outros sectores, exigir-se-á que continuem a lutar contra políticas e medidas que têm impacto tão negativo na Educação.

Nesse sentido, a FENPROF desenvolverá uma acção forte e determinada nos mais diversos planos: reivindicativo, institucional e jurídico.... para alterar o presente, mas também a pensar no futuro que urge prevenir!

Notas finais

- O ME esclarecerá as escolas, em tempo muito breve, que a ausência de formação contínua adequada e gratuita não terá repercussão na avaliação dos docentes ou na sua progressão na carreira;

- O ME esclarecerá as escolas, igualmente em tempo muito breve, que não se aplica aos docentes o Despacho 15248-A/2010, que impede a abertura de concursos para acesso na carreira. Está é a óbvia conclusão que se retira da leitura do mesmo, mas algumas escolas e direcções regionais de educação não conseguem libertar-se do seu profundo e gravíssimo problema de iliteracia jurídica, fazendo as leituras mais improváveis e incorrectas;

- No âmbito dos contactos que a FENPROF decidiu estabelecer, para apresentar as suas preocupações face ao OE 201 e aos cortes que se prevêem na Educação, estava agendada, no fecho desta edição, uma reunião com a Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República. ●

Porque é que os professores vão ganhar menos?

VISÃO Júnior, Outubro 2010

Durante muitos anos, vivemos acima das nossas posses. Gastámos mais do que produzimos e, quando assim é, é preciso pedir dinheiro emprestado para que o País continue a funcionar, para pagar os salários dos professores, dos médicos e dos outros empregados do Estado. Mas como estamos sempre a pedir mais e mais dinheiro, quem empresta começa a ter dúvidas. Será que conseguimos pagar o que devemos? Na dúvida, optam por cobrar um juro mais elevado, que é uma espécie de imposto sobre o dinheiro que nos é emprestado. Para restabelecer a confiança dessas empresas que emprestam dinheiro, o Governo percebeu que

tinha de mostrar que é capaz de gastar menos. E decidiu que, a partir do próximo ano, vai baixar os salários dos funcionários públicos que ganham mais de 1500 euros mensais. Os funcionários públicos são as pessoas que trabalham nas escolas públicas, nos hospitais, nas repartições de finanças e nas câmaras municipais, por exemplo. O governo decidiu também que vai acabar com o abono de família para quem ganha mais – o abono de família é um subsídio que o Estado dá às pessoas que têm filhos, para ajudar na sua educação. Com menos dinheiro no fim do mês, já não podemos comprar tantas coisas



Foi José Sócrates, primeiro-ministro, quem anunciou que os ordenados vão baixar em 2011

como agora, pelo menos até que o País saia da crise. Há 27 anos, em 1983, o País também estava numa situação financeira complicada e o governo decidiu que nesse ano ninguém ia receber subsídio de Natal.

Tal como os vossos pais, porque é que os professores vão ganhar menos?

Durante muitos anos, os governos gastaram muito dinheiro que deveriam ter poupado: com carros novos para os ministérios e os administradores, com reformas muito altas para políticos que continuam a trabalhar, com luxos diversos e muitos desperdícios.

Nesses anos, os governos não quiseram cobrar impostos muito altos aos bancos e aos mais ricos, pouco fizeram para evitar que muitos fugissem de pagar impostos ou pagassem menos do que a lei obrigava e deixaram que grandes negócios se fizessem nos chamados "paraísos fiscais", isto é, em locais em que não pagavam imposto ao Estado.

Para resolverem este problema, os governos deixaram de actualizar o salário das pessoas que trabalham para o Estado (os chamados funcionários públicos), aumentaram os impostos que todas as pessoas são obrigadas a pagar, passaram a apoiar menos as crianças,

as pessoas idosas e os doentes... de certeza que já ouviram os vossos pais e avós reclamarem disso.

Por estas razões, as pessoas ficaram mais pobres e muitas deixaram de ter dinheiro para pagar as suas despesas, mesmo comprando menos coisas, e ficaram com muitas dívidas.

Como os governos nunca tomaram outras medidas que tivessem efeito contrário, os problemas agravaram-se e agora o Governo dirigido pelo Primeiro-Ministro José Sócrates decidiu fazer pior do que nunca: baixar o salário, o que acontece pela primeira vez, aumentar muito os impostos e retirar mais benefícios às pessoas, como é o caso do abono de família.

É por isso que muitos familiares e amigos vossos estão tristes e descontentes e irão participar em manifestações, greves e outros protestos. Têm toda a razão, pois têm sido obrigados a fazer sacrifícios cada vez maiores. ●

Manuel Carvalho da Silva ao JF:

"Temos todas as condições para construir uma grande Greve Geral em 24 de Novembro"

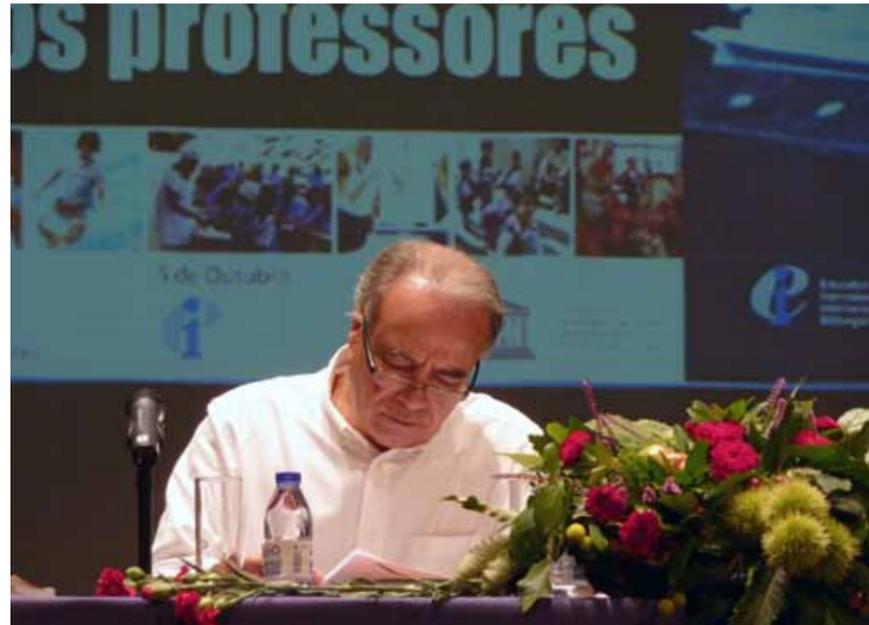
“Os professores e educadores têm fortes razões para participarem na Greve Geral de 24 de Novembro”, sublinha Manuel Carvalho da Silva numa breve entrevista concedida ao JF.

Encontro com a nossa reportagem decorreu na cidade do Fundão, num intervalo da jornada comemorativa do Dia Mundial do Professor (ver pág. 18), realizada no passado dia 16 de Outubro pela FENPROF, em colaboração com o Município local e o Jornal do Fundão.

Os docentes, destacou o Secretário Geral da CGTP-IN, “têm razões próprias, quer do ponto de vista profissional - são hoje muito mal tratados, o seu papel na sociedade não é valorizado, há problemas quanto à carreira e há factores de estabilidade que não estão assegurados; quer do ponto de vista das condições materiais”. Salienta ainda o dirigente da Central:

“Este Orçamento de Estado - um OE de empobrecimento para a generalidade dos portugueses - provoca que qualquer funcionário público vai ter uma redução real do salário no próximo ano, redução essa que oscila entre 3,2 e 13,2 por cento. Como a previsão da inflação para 2011 é de 2,2 e as pessoas passam a descontar mais um por cento para a CGA, isto significa que mesmo os que têm salários mais baixos, e mesmo que não tenham os tais cortes previstos a partir dos 1500 euros brutos, têm, logo à partida, uma perda de 3,2 por cento. Os cortes vão até aos 13,2 por cento, resultantes de 10 por cento a menos no salário, mais 2,2 de inflação, mais um por cento para a CGA.”

“Se somarmos a isto a dimensão dos aumentos dos impostos chega-se à conclusão que há professores, nomeadamente no



ensino superior, onde os cortes nos seus rendimentos vão ser brutais”, observa Carvalho da Silva.

Desvalorização do trabalho

“Resumindo”, prossegue o Secretário Geral da Inter, “os professores têm fortes razões para aderirem aos protestos e à luta: razões de ordem profissional, razões de ordem material e razões que se ligam à situação actual da escola pública”.

Lembrando que “este problema do corte dos salários não é exclusivo da administração pública, é geral” e que o aspecto mais grave desta situação política que estamos a viver é a desvalorização do trabalho, Carvalho da Silva chama a atenção para a persistência de “políticas que destroem o emprego” e que não dinamizam a economia.

Quatro fundamentos

Por tudo isto, aponta o Secretário Geral da Intersindical Nacional, “nós dizemos que a Greve Geral tem quatro grandes fundamentos:



As professoras e os professores deste país têm fortes razões de desmotivação por serem maltratados; mas nós apelamos: não se desmotivem! Protestem face às injustiças de que são vítimas, porque se se desmotivarem é a sociedade que fica a perder. É preciso abandonar desmotivação e transformá-la em protesto. Para a defesa dos interesses dos docentes e também da população.

1º Responder aos interesses e direitos dos trabalhadores nas suas situações concretas; lutar por eles; não permitir uma regressão nas condições de vida e de trabalho do conjunto dos trabalhadores portugueses;

2º Ir ao encontro de uma necessidade em função da situação do país; e, portanto, é uma necessidade para o povo português. Mais de metade da sociedade portuguesa está encostada à parede, com rendimentos muito baixos, com os reformados e a os desempregados a serem considerados “privilegiados”;

3º Agir em defesa das jovens gerações. Nunca nas últimas décadas houve uma luta que fosse tão importante para os cidadãos do futuro; muito do que está em causa tem a ver com o estilo de vida que poderemos ter no futuro; há um sentido de regressão que é preciso travar;

4º Mostrar que o futuro não passa por estas políticas; então é preciso mobilizar os trabalhadores e a sociedade para que Portugal tenha futuro; é preciso agir no tempo certo.”

Transformar a desmotivação em protesto

A propósito das lutas e dos seus resultados, Carvalho Silva deixou ainda duas breves reflexões:

“As professoras e os professores

deste país têm fortes razões de desmotivação por serem maltratados; mas nós apelamos: não se desmotivem! Protestem face às injustiças de que são vítimas, porque se se desmotivarem é a sociedade que fica a perder. É preciso abandonar desmotivação e transformá-la em protesto. Temos todos que trabalhar nesse sentido. Para a defesa dos interesses dos docentes e também da população;

“Estamos numa situação que é talvez a mais delicada depois de 1974. Aquilo que temos que lutar não tem resultados concretos, contabilizáveis em cifrões, no dia seguinte. É preciso ter a perspectiva que se trata de um combate intenso, muito grande, para resistir ao agravamento da situação, para se criarem dinâmicas de confiança e de esperança no futuro e para forçar caminhos alternativos”.

A necessidade de um grande debate

“Temos todas as condições para ter uma grande Greve Geral em 24 de Novembro”, realçou Carvalho da Silva, que deixou ainda um expressivo apelo a todos os professores e professoras, a todos os dirigentes e delegados sindicais:

“Façamos um grande debate entre nós e também dos trabalhadores com a sociedade. Temos que mobilizar os trabalhadores, mas também a sociedade”. ●

Uma questão de interesse nacional

Na proposta de OE nada sustenta o crescimento económico nem o desenvolvimento do País; não há orientações estratégicas nem medidas para impulsionar as actividades produtivas; não existem, na verdade, propostas concretas e factores de motivação para que os portugueses acreditem, se mobilizem e responsabilizem na resolução dos problemas colectivos; por outro lado, teremos quebras nos principais indicadores de desenvolvimento, que são o nível de ensino, de saúde, de segurança e justiça, de protecção social, de infraestruturas básicas.

Há uma certeza: a chantagem vai continuar! Ela só será travada quando a denúncia das injustiças, a dimensão do protesto e da exigência de novas políticas se tornarem dinâmica imparável. Por tudo isso, é do interesse dos trabalhadores, do povo português, em particular das jovens gerações, e também uma questão de interesse nacional, realizarmos uma grande greve geral em 24 de Novembro. ●

Manuel Carvalho da Silva,
“Diário de Notícias”, 18/10/2010

GREVE GERAL

“Contamos com milhões de trabalhadores portugueses para ganhar esta importante batalha”

Não nos faltam razões, mas também não nos falta confiança, para encararmos o futuro com muita determinação, para continuarmos este projecto da CGTP-IN e o ampliarmos, para darmos dimensão às lutas pequeninas e grandes de todos os dias.

Nestes próximos tempos temos de multiplicar a nossa capacidade criativa, criar uma dinâmica social forte. Vamos, em 24 de Novembro, em favor dos interesses e direitos dos trabalhadores, em favor do povo português, em defesa dos interesses das gerações mais jovens, em favor do interesse nacional, dar a resposta necessária para sacudir esta situação que estamos a viver e para apontar as mudanças e caminhos de futuro que são necessários, realizando uma grande Greve Geral. **Contamos convosco**, contamos com milhões de trabalhadores portugueses para ganhar esta importante batalha.

Ponta final da intervenção de Manuel Carvalho da Silva na assembleia de dirigentes e activistas sindicais da CGTP-IN, 1 de Outubro de 2010, Aula Magna da Universidade de Lisboa



Mega-Agrupamentos

Instabilidade, pior serviço público, mais desemprego!

Nem tudo é já visível, mas o que já se conhece da constituição de mega-agrupamentos impostos pelo Governo permite afirmar que se trata de uma miserável medida. Uma medida que acrescentou instabilidade à vida das escolas, degradou o serviço público de educação e agravou o elevado nível de desemprego na profissão docente e no país. Neste momento era difícil fazer pior ...!

À ponta da baioneta [na acertada e elucidativa expressão de Licínio Lima] o Governo emparcelou escolas e agrupamentos que distam dezenas de quilómetros entre si, criou insuperáveis dificuldades na direcção e gestão das escolas e agrupamentos, aumentou de forma irresponsável o número de alunos por turma e empurrou para o desemprego milhares de profissionais.

Nas EBs 2,3 e Secundárias, antes deste desastroso processo, era, em regra, possível garantir a presença de pelo menos um membro do órgão de gestão entre as 8.30 h de segunda-feira e as 18.00 h de sexta-feira – nestes mega-agrupamentos isto é impossível de conseguir. O atendimento aos pais e encarregados de educação era assegurado de forma rápida, eficaz e personalizada - nestas enormes estruturas isso é impossível.

Há hoje mega-agrupamentos que funcionam sem Conselho Pedagógico, sem projecto educativo, sem plano anual de actividades, sem regulamento interno e com departamentos curriculares que integram 95 docentes (por ex. matemática e ciências experimentais em Mangualde). As expressões que mais se ouvem aos professores e membros das comissões administrativas provisórias é elucidativa - isto é ingovernável... ninguém se entende ... isto vai dar mau resultado.

O crédito global de horas, de que as escolas dispunham para a organização de um largo conjunto de actividades que enriqueciam a oferta educativa e contribuíam para prevenir problemas como a violência e agressividade no espaço escolar, foi dramaticamente reduzido (por ex. Carregal do Sal, de 250 h para 28 h; Trancoso, de 264 h para 39 h; Arganil, de 244 h para 22 h; Castro Daire, de 220 h para 24h...). Radica também nesta redução a supressão de milhares de postos de trabalho docente (... 50 horários em Castro Daire, 30 horários em Carregal do Sal ...). Com a imposição dos quase trinta mega-agrupamentos da região centro, foram eliminados cerca de 600 lugares docentes.

A imposição dos mega-agrupamentos fez-se acompanhar de um envelope de encargos que incluiu, em vários casos, a concentração dos alunos por ano escolaridade nos edifícios existentes. Daqui decorreu de



imediatamente o aumento de alunos por turma – as turmas estão todas organizadas no disparatado número máximo – reduz-se assim o número de turmas, encurtam-se os apoios educativos e... lá vão mais uns tantos lugares docentes/horários.

Socorrendo-nos novamente do pensamento de Licínio Lima, fica cada vez mais evidente que o Governo e o ME querem transformar estes mega-agrupamentos em estruturas da administração educativa [espécie de capitães avançadas do poder] – para a maioria que (des)governa o país a autonomia, a intervenção criativa das comunidades educativas, a existência de escolas dotadas de órgãos próprios de direcção e gestão... são coisas do passado, não são soluções modernas!

Fundações?

Entretanto, alguns responsáveis da administração educativa deixam escapar a ideia da criação de fundações na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário [a semelhança do que já vai acontecendo no ensino superior]. É a "solução final" que o neo-liberalismo engendrou para a privatização do sistema público de educação. Se a conseguissem concretizar seria o extermínio de um importante direito dos portugueses e de uma das conquistas de Abril.

Para a FENPROF está claro e decidido que é preciso interromper este caminho. A acção e a luta dos professores, dos pais e dos estudantes serão determinantes para garantir uma escola pública, gratuita e democrática. Escrevi... "se a conseguissem concretizar" porque acredito que os vamos impedir! ●



FRANCISCO ALMEIDA (Membro do SN da FENPROF)

Os negociadores da doença

...ou como a encenação é a alma do negócio

Estamos perante uma muito bem encenada, apesar de prevista, peça de manipulação política, representada pelos dois maiores partidos portugueses, para quem a "biblia" da propaganda é seguida ao pormenor.

Começaram por assinalar a grande desgraça da crise internacional. "Internacional!!!", fazem questão de assegurar, para saírem ilibados de qualquer responsabilidade, seja dos milhões de euros enterrados no BPN, as mãozinhas dadas aos senhores da alta finança, os olhos fechados perante os milhões que saem de Portugal para paraísos fiscais ou as transacções que fogem ao controlo fiscal... sempre protegendo os que mais têm e penalizando os que vivem apenas do seu trabalho e não se escondem em actividades paralelas, nem em enriquecimentos ilegais no desfiar das suas vidas.

À entrada da última semana de Outubro, Sócrates e Passos Coelho mandaram os seus "peões de brega" fazer de conta, preparar o terreno, abrir espaço para que as primeiras figuras surjam no momento exacto no cenário do mediatismo televisivo... foi o que fizeram Catroga e Teixeira dos Santos, como se o orçamento, fazê-lo,

aprová-lo, fosse o centro do problema político de fundo que está colocado.

Que interessa, sim, o que ganham os portugueses com mais ou menos umas mezinhas para ampliar a perda de soberania, com mais este ou aquele servicinho a quem já ganha tanto mesmo em contexto de crise, mantendo incólume o ataque ao salários e ao poder de compra dos trabalhadores?

Depois, já no terceiro acto, mais uma vez, revelaram-se negociadores da doença, estudando entre si as formas de prolongar o regime e de evitar as convulsões sociais que se tornam cada vez mais inevitáveis.

A supressão de direitos, a apropriação do rendimento do trabalho, o saque às famílias não são questões técnicas.

São opções políticas, as únicas que podem garantir a manutenção do actual estado das coisas e que tanto jeito vai fazendo a quem se serve da política tirando aos pobres para dar aos ricos. ●



LUÍS LOBO | luis.lobos@sprc.pt

Roubar aos pobres para dar aos ricos



Henrique Monteiro



Iniciativas da FENPROF em Lisboa e no Fundão

Auditórios cheios, debates enriquecedores, uma justa homenagem a José Salgado Sampaio na sua terra natal – este é o balanço das duas jornadas comemorativas do Dia Mundial do Professor, que a FENPROF realizou no passado mês de Outubro, em Lisboa e no Fundão. Até à página 20, o leitor encontrará os pormenores mais significativos destas iniciativas, em que a Federação, naturalmente, abordou a situação actual das escolas e dos professores portugueses.

“A mudança começa na Escola com os Professores!”

Decorreu na tarde de 9 de Outubro (um sábado), no auditório da Escola Secundária Luís de Camões, em Lisboa, a primeira de duas sessões evocativas do Dia Mundial dos Professores, organizadas por iniciativa da FENPROF.



Convidados nacionais e estrangeiros de prestígio asseguraram um conjunto de intervenções muito interessantes. A iniciativa teve dois painéis. O primeiro contou com as intervenções de **Ana Maria Bettencourt**, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); e **Rui Canário**, investigador e docente do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. **João Cunha Serra**, Presidente do Conselho Nacional da FENPROF, moderou este primeiro momento de debate.

A seguir, os participantes nesta jornada comemorativa do 5 de Outubro – a a outra decorreu no sábado seguinte, 16 de Outubro, na cidade do Fundão – ouviram **Luís Iglésias** (FECCOO, Espanha) e **André Robert** (investigador e docente universitário, França). **Manuela Mendonça**, membro do Secretariado Nacional da FENPROF e dirigente do SPN, moderou este segundo painel.

O papel da Educação

A Presidente do CNE saudou o Dia Mundial dos Professores, realçou o empenhamento dos professores e da escola no desenvolvimento do sistema educativo português e ainda o papel da Educação e da Escola Pública na vida das sociedades. Lembrou que “não há liberdade sem Educação”. Mais adiante, salientou a acção da República em prol da Educação, em contraste com “os anos negros da ditadura”. “Os Professores são decisivos”, garantiu Ana Maria Bettencourt, abordando “duas dimensões centrais”, que são também desafios e que se colocam no dia-a-dia das escolas: a igualdade de oportunidades e a qualidade. A propósito, afirmaria: “Penso que os professores são os bodes expiatórios de uma organização que perpetua as desigualdades, que, como se sabe, ultrapassam o universo da escola”.

“A invenção do futuro tem que ser feita com os professores”

“Temos uma sociedade que ainda valoriza pouco a Educação”, alertou a responsável do CNE. Noutra passagem da sua intervenção, abordou temas como a qualificação de adultos, a evolução da taxa de cobertura do pré-escolar e a variedade de culturas que encontramos hoje nas escolas portuguesas, com a presença de numerosas crianças e jovens de famílias emigrantes.

Em tempo de “crise”, observou noutra passagem, “a Educação não pode ficar para trás”, frisando mais adiante: “A invenção do futuro tem que ser feita com os professores”. Outra frase a reter das palavras da responsável do CNE, sublinhada pelos aplausos do auditório: “Os rankings de escola enganam muito a sociedade”.

Mário Dionísio, “demolidor de banalidades”

Rui Canário lembrou a figura de Mário Dionísio, professor do Liceu Camões, escritor, ensaísta, pintor, intelectual de corpo inteiro, “denunciador de dúvidas e demolidor de banalidades”, como Mário de Carvalho justamente o caracterizou.

O docente e investigador da Universidade de Lisboa, outro profundo conhecedor das questões da Educação em Portugal, dedicou grande parte da sua intervenção ao exemplo de Mário Dionísio e à sua “dimensão criativa de ensinar”.

Noutra passagem, observou que “o consenso retórico sobre a importância dos professores” contrasta fortemente com “o período difícil que estes atravessam” e com “a degradação das condições de exercício da profissão”.

Três grandes desafios

Rui Canário teve ainda oportunidade de sintetizar “três grandes desafios” que se colocam nos nossos dias no panorama da profissão docente e da educação (em Portugal e na Europa em geral):

1. Construir uma profissão com futuro (lembrou a propósito o elevado número de aposentações antecipadas, assim como as dificuldades que já se sentem hoje em vários países no recrutamento de jovens professores);

2. Responder eficazmente à invasão da escola pelos problemas sociais (alertando para os riscos de fragmentação e hierarquização da escola e da profissão);

3. Reforçar o profissionalismo dos docentes (considerando a autonomia, a auto-regulação e o reconhecimento público dimensões fundamentais para esse reforço)

A este respeito, lembrou ainda os tempos em os professores eram uma elite intelectual que dispunha de tempo para pensar, escrever poemas, preparar meticolosamente

te as suas aulas..., contrapondo a essa a situação actual, em que os professores são “vítimas” de incompreensíveis exigências burocráticas.

“Os professores devem ser ouvidos. Os professores devem ter a palavra”, destacou o investigador.

França: “orientação neoliberal de alta intensidade”

André Robert, investigador e docente (Universidade de Lyon), fez uma breve retrospectiva da Educação em França desde meados do século XX, caracterizando três etapas:

• **Do pós-Guerra até 1975**, período de avanços no sistema educativo. Foram “30 anos gloriosos”, de grande confiança na escola e na sua acção, também de afirmação do Estado Providência, economicamente modernizador e socialmente protector. Neste período, a escola francesa moderniza-se e democratiza-se;

• **De 1975 até à era Sarkozy**, um período de “20 anos descendentes”, caracterizado por alguma incerteza relativamente às



missões da escola, em que as políticas são influenciadas pelas teorias liberais do Estado “managerial” e regulador, políticas implementadas alternadamente por governos socialistas e de direita. A escola continua a fazer progressos ao nível da democratização, mas é já objecto de grandes ataques por parte do liberalismo e do sector privado;

• **Depois de 2000, e particularmente depois de 2007, com Sarkozy no poder**, assiste-se a uma ruptura no sentido do neoliberalismo. “Passámos de uma orientação neoliberal de baixa intensidade para uma de muito alta intensidade”, sublinhou André Robert. “É o modelo da competição”.

As escolas transformam-se em “laboratórios de experiências” para esta brutal ofensiva neoliberal, alertou o investigador francês - investigador nas áreas das ciências da educação, das políticas educativas e do sindicalismo docente - sublinhando o papel da Universidade neste contexto, com a autonomia a favorecer lógicas de privatização e a avaliação a promover a competição entre universidades e universitários.



Lutar pelo ensino público é lutar pelo progresso social, esta foi uma das mensagens da iniciativa dedicada ao Dia Mundial do Professor, realizada na Secundária Camões por iniciativa da FENPROF



Debate vivo na iniciativa da FENPROF



André Robert



Luís Iglésias



Ana Maria Bettencourt



Rui Canário



João Cunha Serra



Manuela Mendonça

A asfixia dos recrutamentos, a supressão da formação de professores, a redução das verbas para a Educação, as privatizações envolvendo o sistema educativo, a alteração dos regimes de aposentação, são traços da situação que se vive hoje em França.

Procurando responder à questão "a escola já se tornou neoliberal ou podemos ter confiança no movimento social para contrariar esta ofensiva?", o docente universitário garantiu que "é possível resistir", realçando a presença dos professores - recentemente já fizeram três greves - no "vasto movimento social" que se desenvolve em França contra as políticas de Sarkozy.

Os docentes franceses exigem um novo rumo para a Educação. Em oposição a uma escola burocratizada e de guetos, dinamizam-se as propostas de uma "escola criativa", democrática, capaz de formar cidadãos intervenientes, concluiu André Robert.

Espanha: "desenvolver a dimensão social da educação"

Por seu turno, Luís Iglésias, da FECCOO (Federação de Ensino), registou "a situação actual da escola pública em Espanha, os ataques que tem sofrido e o que pode ser feito para a defender".

O dirigente sindical mostrou, através de quadros bem expressivos, as contradições entre os objectivos gerais anunciados no quadro na União Europeia para a Educação e a realidade educativa em Espanha. Objectivos "nobres" que não se respeitam... Um exemplo: percentagem do PIB dedicado ao ensino (UE: 5,5; Espanha: 4,5).

Iglésias lembrou que há uma Lei Orgânica da Educação em Espanha (aprovada em Maio de 2006), mas cada comunidade, cada região, tem opções, sensibilidades e políticas diferentes, com natural expressão na vida dos estabelecimentos de ensino e nos próprios salários dos professores, que podem variar significativamente de região para região.

Privatizações, contratação de professores entregue a empresas privadas em muitos dos municípios, externalização de serviços, redução de unidades escolares dedicadas à diversidade, redução da formação de professores, aumento do número de alunos por turma - são expressões de uma política que os professores e as suas organizações representativas do país vizinho criticam energeticamente.

O dirigente das "Comissões Obreras" alertou para as consequências do plano de austeridade nos ministérios e de uma política que apostou nos congelamentos e cortes salariais, no aumento da idade da reforma e no congelamento da oferta de emprego público.

Luís Iglésias falou ainda das pro-

postas da FECCOO para a valorização da escola pública e da educação, destacando a necessidade de "desenvolver a dimensão social da educação", incrementar "a participação da comunidade educativa" e também de "promover um plano de implementação das novas tecnologias".

A valorização dos profissionais do ensino e a necessidade de convergência com a UE em matéria de PIB/Educação, foram também abordadas pelo dirigente sindical. A terminar, deixou palavras de Saramago sobre a necessidade de mudança ("Há que mudar a vida. Se não mudarmos de vida, não mudaremos a vida.") e deixou uma expressiva mensagem, devidamente enquadrada por um breve vídeo: "Em África uma criança que vai à escola tem 50 por cento de hipóteses mais de sobreviver".

Sublinhando a necessidade de resistir à ofensiva neoliberal sobre a escola, "pode estar-se derrotado, mas nunca domado" terminou reafirmando a importância do direito à educação da sua defesa "lutar pelo ensino público é lutar pelo progresso social".

Após as intervenções dos convidados dos dois painéis, houve espaço para debate com breves reflexões e perguntas da assistência.

Professores à luta

A intervenção de encerramento coube a **Mário Nogueira**, que agradeceu a participação dos convidados e dos seus "importantes contributos" e a gentileza da Direcção da Secundária Camões, que cedeu "este óptimo auditório".

Entre outros aspectos, o Secretário Geral da FENPROF chamou a atenção para o trabalho de esclarecimento e mobilização em torno da manifestação nacional da Administração Pública de 6 de Novembro e para a Greve Geral de 24 de Novembro, destacando igualmente as acções específicas dos educadores e professores.



Já no final, **Manuel Freire** leu poemas e interpretou canções da nossa terra, da nossa história colectiva, também das lutas e das esperanças que acompanham a intervenção dos professores na sociedade. Naturalmente, todo o auditório cantou a "Pedra Filosofal"...

A iniciativa da FENPROF teve como lema "A mudança começa na Escola, com os Professores!". ●

Mário Nogueira: "Lutar pela qualidade da Educação é uma afirmação de cidadania"

"Estariam loucos os deuses que escreveram tal Recomendação em meados do século passado?! Responder-se-á que não. Que loucos estarão os demónios que, no final da primeira década do século XXI tanto atentam contra os direitos sócio-profissionais dos professores e dos educadores".

Assinala-se este ano, pela 16.ª vez, o Dia Mundial dos Professores. Um dia proclamado pela UNESCO, em 1994, coincidente com a data (5 de Outubro) em que, em 1966, UNESCO e OIT, no final da Conferência Intergovernamental Especial sobre a condição dos Professores, aprovaram e tornaram pública a Recomendação relativa ao Estatuto dos Professores.

Passados que são 44 anos sobre a aprovação desta Recomendação é bom que passemos os olhos sobre o que se recomendava para avaliarmos até onde, no caso do nosso país, foram dados passos e quantos ainda faltam dar para se encurtarem distâncias ou mesmo superá-las! Não me referirei, pois, para tal, o tempo seria escasso, aos 146 pontos que se distribuem pelas 13 cláusulas da Recomendação, mas, tendo em conta o tempo que vivemos e os problemas que sobre os professores e a Escola Pública se abatem, considero oportuno recordar o que 8 anos antes do 25 de Abril de 1974 era recomendado.

Sobre a **formação contínua** ou, como se refere na cláusula 6, sobre "aperfeiçoamento dos professores", pode ler-se: "32. As autoridades, ouvidas as organizações de professores, deveriam promover o estabelecimento de um vasto sistema de instituições e serviços de aperfeiçoamento gratuitamente postos à disposição de todos os professores. Este sistema deveria oferecer uma ampla variedade de opções e envolver a participação das instituições de formação



Secretário-Geral da FENPROF lembrou passagens expressivas da recomendação da UNESCO e OIT relativa ao Estatuto dos Professores

de professores, das instituições científicas e culturais, e das organizações de professores..."

Sobre "**segurança no emprego**" é dito: "45. A estabilidade profissional e a segurança de emprego são indispensáveis, tanto no interesse do ensino como no do professor e deveriam ser garantidas mesmo quando haja mudanças na organização, no conjunto ou parte do sistema escolar. 46. O pessoal docente deveria estar protegido eficazmente contra os actos arbitrários que afectem a sua situação profissional ou a sua carreira."

Já sobre o "**número de alunos**" refere-se: "86. O número de alunos por turma deveria ser tal que o professor pudesse prestar atenção pessoal às dificuldades de cada aluno..."

E em relação ao "**pessoal auxiliar**", que tanto falta nas nossas escolas, o que se afirma é o seguinte:

"87. A fim de permitir aos professores de se concentrarem no exercício das suas funções, as escolas deveriam dispor de pessoal destinado a outras tarefas alheias ao ensino propriamente dito."

Sobre um aspecto que tanto preocupa

os professores em Portugal, os "**horários de trabalho**", podemos ver que a Recomendação contém propostas muito positivas:

"90. Ao fixar-se o número de horas de trabalho para cada professor, deveria ter-se em conta todos os factores que determinam o volume de trabalho do professor, tais como:

a) O número de alunos de que se ocupará por dia e por semana;
b) O tempo que se considera necessário para a boa preparação das aulas e correcção dos exercícios;
c) O número de cursos diferentes a dar por dia;

d) O tempo exigido ao professor para participar em pesquisas, em actividades extra-curriculares e para supervisionar e orientar os alunos;
e) O tempo que seria desejável aos professores para informar os pais dos alunos ou encarregados de educação do progresso dos alunos.

91. Os professores deveriam dispor de tempo suficiente para poderem participar durante o serviço, em actividades destinadas a favorecer o seu aperfeiçoamento profissional.

92. As actividades extra-curriculares dos professores não deve-



Sala cheia na Secundária Camões, em Lisboa, na comemoração do Dia Mundial do Professor

docente deveria fazer-se com base em escalas de salários estabelecidas com o acordo das suas organizações profissionais. Em caso algum a remuneração dos professores qualificados, recrutados para períodos probatórios ou por contratos temporários, deveria ser inferior à estabelecida para professores titulares do posto. 117. A estrutura das remunerações deveria ser esta-

o professor estiver em período experimental ou contratado temporariamente."

Estes foram apenas alguns exemplos de um amplo conjunto de recomendações que, na cláusula 13, a final, não deixa, contudo, de acautelar que as disposições referidas não devem, em caso algum, ser invocadas para diminuir ou retirar regalias já concedidas...

Perguntar-se-á: estariam loucos os deuses que escreveram tal Recomendação em meados do século passado?! Responder-se-á que não. Que loucos estarão os demónios que, no final da primeira década do século XXI tanto atentam contra os direitos sócio-profissionais dos professores e dos educadores, os que não contribuem para que melhorem as suas condições de trabalho, os que criam obstáculos ao bom exercício da actividade docente, os que, com as suas políticas, põem em causa a qualidade, o carácter inclusivo e a matriz democrática da Escola Pública, aqueles que, de algum tempo a esta parte, se fixaram nas certificações e, premeditada ou involuntariamente, nada ou pouco têm feito pela melhoria e elevação das qualificações.

riam constituir um encargo excessivo nem prejudicar o cumprimento das suas tarefas principais. 93. Aos professores designados para funções pedagógicas particulares para além da sua actividade normal de docência, deveriam ser reduzidas, em consequência, as horas de ensino."

Para os problemas com que confrontam os "professores colocados em zonas afastadas" também se procuraram respostas, senão vejamos:

"112. 1) Aquando da nomeação ou transferência para escolas em zonas afastadas, deveriam ser pagas aos professores e suas famílias as despesas relativas à mudança e deslocação. 2) Aos professores em serviço em tais zonas, deveriam ser concedidas, sempre que necessário, facilidades especiais de viagem, a fim de poderem manter um nível profissional adequado. 3) Aos professores transferidos para zonas afastadas deveriam ser reembolsadas, como incentivo, as despesas de viagem do local de trabalho à cidade natal, aquando das férias anuais. 113. Sempre que os professores estejam submetidos a condições de vida particularmente difíceis, deveriam ser compensados com o pagamento de indemnizações especiais que deveriam entrar em linha de conta para o cálculo das pensões de reforma."

E quanto às "remunerações dos docentes", as preocupações e recomendações eram claras, mantendo-se extremamente actuais:

"114. Entre os vários factores que afectam a condição do professor, deveria ser dada uma atenção muito particular à remuneração, uma vez que, nas condições do mundo actual, outros factores, como a posição e consideração que a sociedade lhes reconhece e o grau de apreço pela importância das suas funções, estão grandemente dependentes, tal como em outras profissões similares, da situação económica que se lhes acorda. (...) 116. A remuneração do pessoal

belecida de forma a evitar quaisquer injustiças ou anomalias susceptíveis de provocar atritos entre as diferentes categorias de professores. (...) 122. 1) Seria conveniente prever uma ascensão no interior de cada categoria através de aumentos de remuneração a intervalos regulares de preferência todos os anos. 2) A progressão da remuneração entre o mínimo e o máximo da escala estabelecida não deveria exceder um período de 10 a 15 anos. 3) O aumento periódico da remuneração deveria fazer-se mesmo quando



A luta está aí

- Foram os plenários que realizados na semana de 25 de Outubro;
- Será a intervenção jurídica, contra todas as ilegalidades, sejam os abusos que estão ser cometidas nos horários de trabalho dos docentes,

seja a inconstitucional, em nossa opinião, redução dos salários;

- Será a Manifestação da Administração Pública do dia 6 de Novembro que pretendemos que, com o nosso contributo, seja grandiosa;
 - Será a Greve Geral de 24 de Novembro que pretendemos que seja a maior alguma vez realizada e, nesse sentido, também daremos o nosso contributo.
- Lutar por boas condições de trabalho, pela qualidade da Educação, pelo reforço da Escola Pública, pela dignificação e valorização da profissão de Professor é um dever patriótico e uma afirmação de cidadania.

Nós, Professores e Educadores, assumiremos esse dever e efectivaremos esse direito com a responsabilidade acrescida de quem abraçou a profissão de Professor, uma profissão com futuro. Futuro não terão as políticas cegas desenvolvidas por quem, em muitos momentos de exercício do poder, serve interesses que não são os da nação, sendo que estes, os de cada país, são os dos seus trabalhadores e, de uma forma geral, os de todos os seus cidadãos. A mensagem que deixo é de esperança no futuro, mas num futuro que, se não for por nós construído, ninguém no-lo oferecerá. | MN ●

Mulheres em tempo de guerra

Todas as Crianças da Terra

Um capacete de guerra tem um ar carrancudo.

Muito mais bela é uma flor.

Uma flor tem tudo

para falar de paz e de amor.

Mas se virarmos o capacete de guerra ele será um vaso, e é bem capaz de ter uma flor num pouco de terra e falar de amor e de paz.

A paz é uma pomba que voa.

É um casal de namorados.

São os pardais de Lisboa

que fazem ninho nos telhados.

E é o riacho de mansinho

que saltita nas pedras morenas

e toda calma do caminho

com árvores altas e serenas.

A paz é o livro que ensina.

É uma vela em alto mar

e é o cabelo da menina que o vento conseguiu soltar. E é o trabalho, o pão, a mesa, a seara de trigo ou de milho, e perto da lâmpada acesa a mãe que embala seu filho. A paz é quando um canhão muito feio e de poucas falas, sente bater um coração

e dispara cravos, em vez de balas.

E é o abraço que dás

no dia em que tu partires,

e as gotas de chuva da paz

no balanço do arco-íris.

A paz é a família inteira

na alegria do lar,

bem juntinho a lareira

quando o inverno chegar.

A paz é a onda redonda

que da praia tem saudades

e muito mais do que a onda

a paz é a vida sem grades.

A paz são aquelas abelhas

que nos dão favos de mel e todas as papoulas vermelhas que eu desenho no papel. Ventoinha, ventarola, Moinho que faz farinha, **Meninos que vão à escola,** A paz é tua e é minha. É luar de lua cheia tocando as casas e a rua, são conchas, búzios na areia, a paz é minha e é tua.

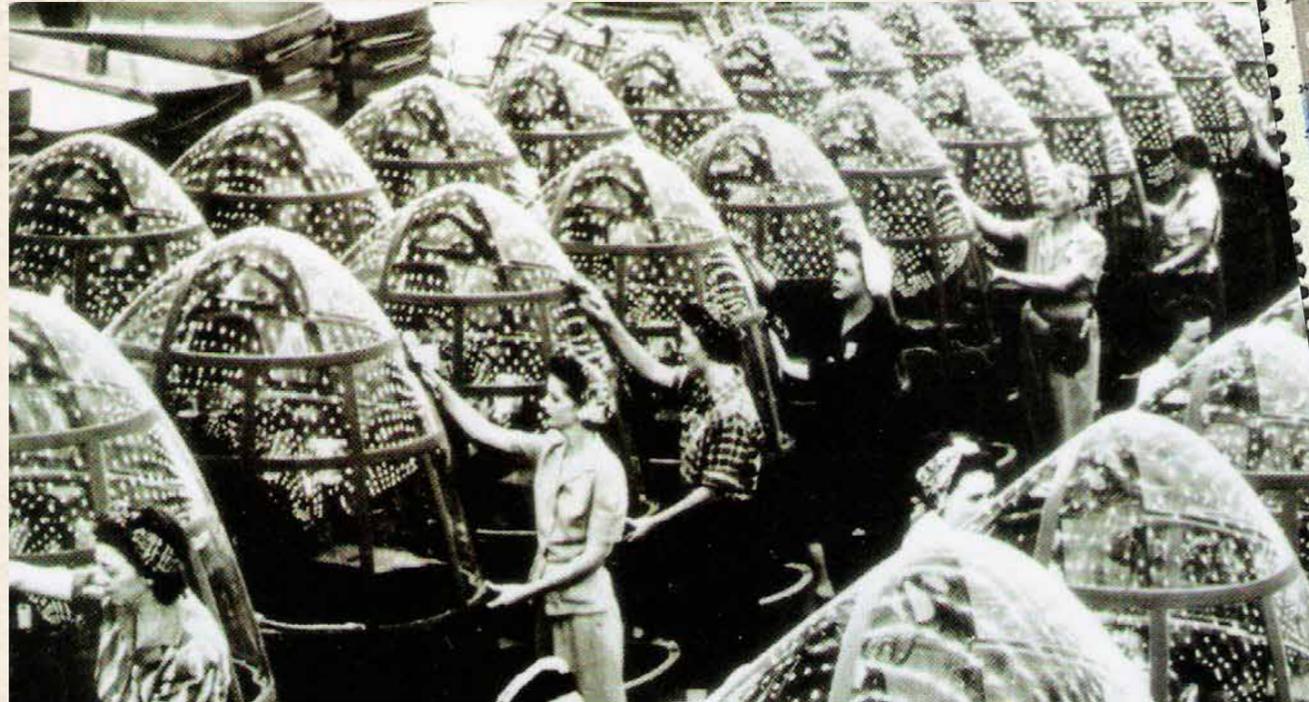
É o povo todo unido, no mundo, de norte a sul, e é um balão colorido subindo no céu azul A paz é o oposto da guerra, é o sol, são as madrugadas, e todas as crianças da terra de mãos dadas, de mãos dadas, de mãos dadas.

Sidónio Muralha



A violência e a guerra faz-nos MAIS diferentes!

Guerra colonial¹



Linha de montagem norte-americana: mulheres trabalham nos narizes de bombardeiros, em fábrica na Califórnia

Mulheres em tempo de guerra

Durante as guerras (nomeadamente, as duas Grandes Guerras), as mulheres desempenharam importantes papéis em actividades subsidiárias dos conflitos, como seja o fabrico de armas e a assistência em hospitais militares. Um significativo número aparecia associado a actividades de resistência, mas a generalidade das mulheres das zonas atingidas pelos conflitos desenvolvia colectiva ou individualmente iniciativas de protecção dos filhos e das famílias.

Mas são delas – mães, irmãs, mulheres, namoradas – os rostos crispados pela dor nas despedidas do cais do embarque, são delas os rostos de alegria e alívio no cais da chegada, são delas as horas de aflição com os filhos (...), são delas as rezas (...), são delas os rostos absortos e magoados ...

África no feminino: As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial



Aquele cais era uma coisa tremenda, um drama humano com imensos rostos. Os militares entravam no barco, nós ficávamos num varandim a acenar e o barco ia-se afastando lentamente. Pessoas com crianças ao colo, mulheres, mães, não sabendo se eles voltavam ou não. E eram choros, desmaios, um pranto contínuo no ar. Era um ritual tremendo, todos com os lenços a acenarem, já nem sabíamos para quem, com as imagens que se iam perdendo na distância. Por isso, o medo do telegrama com a notícia fatídica, a dor da separação sem certeza de regresso, o amor contra toda a esperança, o sacrifício pelos filhos, a invocação e simulação de uma «normalidade» para impedir a loucura, o choque e a desilusão da impossibilidade de «tudo voltar a ser como antes», a nostalgia da luz em África, as fotografias guardadas, escondidas e reencontradas muitos anos depois, o silêncio da morte – tudo isso «é de uma violência tremenda», como diz uma testemunha, que acrescenta: "não há perdão político ou moral para uma coisa destas".

O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa, 1995



8289 militares portugueses morreram e **15507** adquiriram deficiências permanentes, durante os treze anos de Guerra Colonial. A Revolução de 25 de Abril de 1974 veio pôr termo à guerra colonial e determinar uma nova política de paz e cooperação com os povos de todo o mundo.

COMEMORAÇÕES DOS
100 ANOS
DO DIA INTERNACIONAL
DA MULHER
8 DE MARÇO



Artigo 7º

"1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos humanos, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos."



As mulheres e a luta pela paz

Os movimentos e organizações de mulheres sempre se mobilizaram para a luta contra a guerra e pela paz. A luta pelo desarmamento contra as armas nucleares uniu mulheres dos 5 continentes durante todo o Século XX. As grandes manifestações contra as duas guerras mundiais, as lutas pelo pão, contra os racionamentos, os movimentos de solidariedade para com as mulheres e os povos vítimas da guerra e da ocupação multiplicaram-se, ao longo do tempo, e tiveram um impacto fundamental na luta pela paz..

A luta pela paz foi uma vertente fundamental da resistência anti-fascista, em Portugal



Maria Lamas
Uma grande lutadora pela paz

Texto de **Laura Lopes**

Conheci Maria Lamas em 1950 em condições especiais. Maria Lamas fora presa nesse ano, na casa de uma sua filha, na Praceta João do Rio. Encontrava-se doente com papeira, acamada portanto, quando a PIDE lhe entrou em casa para a prender, sem mandado de captura. Eram 6,30h do dia 9 de Julho. Recusou-se firmemente a sair do leito mas, ao mesmo tempo, perguntava aos agentes daquela polícia política se queriam ser contagiados. Ficou sob prisão domiciliária, comprometendo-se a "entregar-se" quando recuperasse a saúde². Submetida a interrogatórios e isolamento durante cerca de dois meses, a sua saúde ressentiu-se gravemente, o sistema nervoso deteriorou-se provocando-lhe elevadíssima percentagem de açúcar no sangue, as alucinações invadiram-na. Maria Lamas tinha então 57 anos. Foi transferida sob prisão para o Hospital de São José e depois para o dos Capuchos. No Hospital dos Capuchos a conheci. Integrou uma delegação de jovens do MUD Juvenil, que a foram visitar e saudar. Durante um largo período foi moda entrevistar e escrever sobre Maria Lamas. Posuo grande parte desses escritos em recortes de jornais e revistas e dos livros em que foi recordada. Verifico algumas inexactidões, até por ela própria veiculadas devido a naturais lapsos de memória. E por mim, por falta de pesquisa. Lancei-me então aos papéis

e às recordações das nossas conversas antes e depois do 25 de Abril. Na minha frente a sua ficha da PIDE, com o n.º 19565. E leio: "Preso em 17.12.949. Restituída à liberdade em 24.12.949 (...)". "Preso por esta Directoria em 18.7.950 para averiguações (...) tendo recolhido ao Depósito de Presos de Caxias (...) Posta à disposição dos Tribunais Criminais de Lisboa em 25.7.950. Baixou em 22.12.950 ao Hospital de S. José. Julgada no 2.º Juízo Criminal de Lisboa em 18.1.951, sendo condenada na pena de seis meses de prisão correcional (...). Restituída à liberdade em 19.1.51". Saiu pois da prisão em Janeiro de 1951. Pouco depois instalou-se na Casa de Saúde da Luz para repousar, onde a visitei. Havia terminado a 2ª. Guerra Mundial, encontrava-se o Mundo em plena Guerra Fria. E foi neste período crucial da vida nacional e internacional que Maria Lamas escolheu, já preparada então para a luta, definitivamente, o caminho da conquista da liberdade dos povos e da defesa da Paz. Cinco meses após ter sido libertada, no dia 15 de Junho, Maria Lamas fez uma conferência no Museu João de Deus, intitulada "A Paz e a Vida", durante uma sessão em que se comemorava o 15º aniversário da Associação Feminina Portuguesa para a Paz. Alguém enviou para a mesa uma moção subscrita por alguns assistentes, que foi aprovada por aclamação. Assim nasceu o Conselho Nacional da Paz.

Participação no Congresso Mundial das Mulheres

Como representante das mulheres portuguesas dirigiu a delegação composta por Manuela Ribeiro e uma jovem, Maria Cecília Alves, ao Congresso Mundial das Mulheres, realizado em Copenhaga em 1953. Terminado o Congresso, Maria Lamas não voltou de imediato a Portugal. Convidada a visitar vários Estados Socialistas, permaneceu na União Soviética durante cinco semanas, donde dirigiu mensagens para o nosso país através da Rádio Moscovo, usando um nome diferente. Vai ainda a Budapeste para assistir à reunião do Conselho Mundial da Paz (CMP), em cujo decurso ela e o Prof. Ruy Luís Gomes foram eleitos membros do CMP e ao qual já pertencia o Prof. Manuel Valadares. Ao regressar a Portugal, no dia 20 de Dezembro, é presa no aeroporto de Lisboa à saída do avião, assim

como muitas dezenas de democratas e pessoas amigas que a tinham ido esperar. A ficha da PIDE regista: "Preso por esta Directoria em 20.XII.953, para averiguações, tendo recolhido ao Depósito de Presos de Caxias (...) Restituída à liberdade por ter prestado caução, em 8.1.954". Em 1957, encontrava-se na Ilha da Madeira quando recebeu um convite para ir a Ceilão participar na Assembleia do CMP. Com muita dificuldade obteve passaporte para Ceilão, onde esteve 30 dias, mas partiu legalmente. Daqui seguiu para Hiroshima, em 6 de Agosto, integrada numa delegação de mulheres participantes da Assembleia do CMP, a fim de realizarem sessões de protesto contra a corrida aos armamentos nucleares, as ameaças e as experiências atómicas dos EUA. No dia 6 de Agosto de 1945, este Estado utilizara a primeira bomba atómica, lançando-a sobre Hiroshima que em poucos segundos ficou quase completamente destruída. Pereceram imediatamente cerca de cem mil pessoas e cerca de cento e cinquenta mil gemiam entre os destroços. A II Guerra Mundial terminara em Maio na Europa e, na Ásia, o Japão estava prestes a capitular perante os exércitos da URSS. Permaneceu em Hiroshima 25 dias. Na Assembleia da Paz em Ceilão, recebeu inesperadamente um convite para visitar a China. Fê-lo o presidente da Academia de Ciências de Pequim, que dirigia a delegação chinesa. Em Pequim foi convidada de honra da Academia e teve contactos com a Associação de Escritores Chineses e muitos outros intelectuais. A sua visita a este país durou algumas semanas, percorrendo várias regiões. Foi recebida por Mao-Tse-Tung e Chu-En-Lai. A partir dos contactos com a Associação de Escritores Chineses, Maria Lamas acompanhou a tradução para chinês de Os Lusíadas de Camões, feita por um desses escritores, primeiro pessoalmente e, mais tarde, em França, através de correspondência. Da Ásia, volta à Europa para mais uma vez, em Viena, onde estava instalado o CMP, participar numa reunião desta organização. Depois da sua viagem pela





Maria Keil (artistas)
Iconografia, Centro
de documentação
25 de Abril



Ásia regressa a Portugal de onde só voltará a sair nos primeiros meses de 1962.

Perante o fortalecimento das forças nucleares da NATO e a sua existência na Europa Central, perante as provocações cada vez mais ostensivas dos imperialistas, perante a ameaça constante de uma 3ª. Guerra Mundial, as forças amantes da Paz organizaram em Moscovo uma conferência para o desarmamento geral e pela paz, que se efectuou no mês de Julho de 1962. Nesta conferência esteve presente uma delegação portuguesa bastante ampla, de que faziam parte, entre outras pessoas, Maria Lamas, Magalhães Vilhena, Rui Cabeçadas, Álvaro Cunhal, António José Saraiva e Castro Soromenho. Com o seu grande prestígio de combatente incansável pela paz, Maria Lamas encabeçou a delegação.

Em 1963 Maria Lamas voltou mais uma vez à URSS para participar num congresso internacional de mulheres e esteve, pelo mesmo motivo e neste ano, em Berlim Leste. Seguiu-se o exílio. Maria Lamas parece que nunca sentiu a idade. Só parou quando, após sete anos de exílio em Paris, regressou a Portugal definitivamente em 1969 com a sua saúde já bastante abalada. Tinha então 76 anos.

Maria Lamas não é um símbolo que ela se recusava a ser. Maria Lamas foi só e apenas uma grande lutadora pela Paz. ●

Vítimas preferenciais em cenários de guerra

O estupro e a violência sexual são utilizados como tática de guerra, antes, durante e após os conflitos, com a finalidade de provocar o terror, desmoralizar, e humilhar as mulheres e as suas comunidades. Estes crimes continuam a ser praticados em conflitos armados praticamente em todas situações. Por exemplo, em guerras recentes como é exemplo a ocorrida no território da antiga Jugoslávia, o estupro de mulheres e meninas era feito de maneira sistemática e organizada, revelando claramente que a violência sexual era parte de uma tática de guerra mais ampla, utilizada para privar os povos da sua dignidade humana, punir os inimigos e recompensar as tropas.

Apesar dos princípios pacifistas contidos nos diplomas internacionais das Nações Unidas e da Lei fundamental do País, Portugal³ integra uma organização internacional, a NATO⁴, cujo papel agressivo na cena mundial tem contribuído para fomentar a guerra e a ingerência sobre países terceiros.



Cimeira da NATO em Lisboa

Um novo “conceito estratégico” e a reforma da Organização do Tratado do Atlântico Norte vai emergir da próxima cimeira a realizar em Lisboa, ocasião que o Secretário-Geral da organização considera propícia para debater o sistema de defesa antimíssil. (...)

A NATO, através da voz do seu Secretário-Geral, está na expectativa de

que os ministros da Defesa dos vários países “atlantistas” dêem “um forte apoio” à reforma da organização, sobretudo naquilo que diz respeito à sua estrutura de comandos, naquele que é um dos principais pilares do novo conceito estratégico a sair de Lisboa. (...) Rasmussen acrescentou ainda que, na Cimeira de Lisboa, a Organização e os responsáveis políticos deverão decidir sobre o futuro do sistema de defesa antimíssil.

www.tv1.rtp.pt

Apesar da crise global profunda, continuam a crescer os orçamentos destinados a gastos militares.

Enquanto os governos reduzem (ou tentam reduzir) os deficit com medidas de grandes restrições económicas, e o G20⁵ promete mais redução nos orçamentos dos Estados, os gastos militares continuam imparáveis.

Só os EUA são responsáveis por 54% do aumento das despesas militares mundiais. Em 2009, o investimento global no sector da defesa aumentou quase 6% em

termos reais e, em relação ao ano 2000, o aumento foi de 49%.

Os cinco maiores fornecedores de armas nos últimos cinco anos foram os EUA, Rússia, Alemanha, França e Grã-Bretanha, responsáveis por mais de 75% das exportações de armas convencionais.

Organizações não-governamentais em todo o mundo, e também em Portugal, opõem-se à estratégia armamentista e de intervenção armada promovida, em especial, pela NATO.

Neste sentido, tem crescido na Europa, e também em Portugal, uma onda de indignação contra o aumento dos gastos militares, contra a corrida aos armamentos, nomeadamente armas nucleares, contra o recrudescimento dos conflitos armados e as intervenções militares em países terceiros. ●



Outras violências

Directa, ou indirectamente, as mulheres e as crianças continuam a ser as principais vítimas de violência.

A violência é um problema estrutural e transversal. Expressa-se, quer no espaço privado (violência doméstica) quer na esfera pública, sob múltiplas facetas (assédio no local de trabalho, mercantilização dos corpos das mulheres, tráfico, prostituição, pornografia, casamentos forçados, escravatura, etc.).

Dados resultantes de um estudo de 2006, elaborado entre os diversos Estados Membros do Conselho da Europa, indicam que cerca de 12% a 15% das mulheres europeias com mais de 16 anos de idade

vivem situações de violência doméstica numa relação conjugal, e muitas delas continuam a sofrer de violência física e sexual, mesmo após a ruptura. Muitas morrem mesmo.

(...) Contudo, apesar da Violência Doméstica atingir igualmente as crianças, os idosos, pessoas dependentes e pessoas com deficiência, a realidade comprova que as mulheres continuam a ser o grupo onde se verifica a maior parte das situações de violência doméstica, que neste contexto se assume como uma questão de violência de género.

lência doméstica, que neste contexto se assume como uma questão de violência de género.

Do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, 2007-2010 (adaptado)

Consideradas como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento dos direitos das mulheres, destacamos: a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) e a Declaração para a Eliminação da violência contra as mulheres (1993).

A primeira, aprovada em 1979 pelas Nações Unidas, foi assinada por Portugal a 24 de Abril de 1980 e ratificada pela Lei n.º 23/80, de 26 de Julho.

A segunda, aprovada pela Assembleia

Geral das Nações Unidas em 1993, declara que a “violência contra a mulher”, como todo o acto de violência baseado no género, tem como resultado possível ou real um dano físico, sexual ou psicológico, incluindo as ameaças, a coerção ou a proibição arbitrária da liberdade.

Em Portugal a violência doméstica é crime público

O crime de maus-tratos entre cônjuges está tipificado nos n.ºs 2 e 3 do art. 152º do Código Penal. É um crime público e qualquer pessoa, que tenha conhecimento da sua prática, deverá denunciá-lo junto das autoridades competentes. ●



Bibliografia:

- 1 A Guerra Colonial desenrolou-se nas colónias de Moçambique, Guiné e Angola, no período de 1961 a 1974. Estiveram em confronto as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação de cada uma daquelas colónias.
- 2 A par do seu empenhamento na luta pela paz, não deixamos de lembrar o papel fundamental de Maria Lamas na luta pelos direitos das mulheres, aliás, amplamente documentada.
- 3 São membros da NATO, os seguintes países: Albânia, Alemanha, Bélgica, Canadá, Croácia, Dinamarca, Espanha, os Estados Unidos da América, a França, a Grécia, os Países Baixos, Islândia, Itália, Luxem-

burgo, Noruega, Portugal, Reino Unido, Turquia, Hungria, Polónia, República Checa, Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e a Eslovénia.

- 4 A Organização do Tratado do Atlântico Norte, NATO ou OTAN, é uma organização internacional de colaboração militar estabelecida em 1949, no contexto da Guerra Fria, com o objectivo de constituir uma frente oposta ao bloco socialista do leste europeu.

- 5 O Grupo dos 20 (ou G20) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Foi criado em 1999, após as sucessivas crises financeiras da década de 1990.

Bibliografia:

Iconografia (postais – artistas), Arquivo electrónico, Centro de documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra

Ribeiro, Margarida Calafate, África no feminino: As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial, www.ces.uc.pt

O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: Actas I e II, Cadernos Condição Feminina, 43, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1995.

www.otsh.mai.gov.pt

Propostas de actividades

Objectivos

1. Conhecer os focos de tensão, de conflito e de guerra actualmente existentes no mundo;
2. Identificar formas de violência exercidas sobre a mulher em cenários de guerra.

3. Identificar outras formas de violência de que as mulheres são as principais vítimas.

4. Compreender as motivações que fazem das mulheres vítimas preferenciais em qualquer tipo de conflito.

5. Conhecer os principais instrumentos legais internacionais e nacionais

que regulam as relações entre os povos e os direitos humanos.

6. Identificar movimentos de solidariedade para com povos vítimas de agressão e de guerra.

7. Identificar comportamentos preventivos face à violência

Actividades

- Pesquisa para definir conceitos como: abuso, assédio, crime, estupro, exploração, incesto, pornografia, prostituição, proxenetismo, violação (como material de consulta sugere-se a utilização de um bom dicionário da língua Portuguesa e o Código Civil e Penal);

- Selecção, por cada grupo de alunos(as), dos três conceitos considerados como os mais graves para a integridade da pessoa humana e recolha de informações;

- Comunicação das pesquisas realizadas e a escolha, por consenso, de uma situação de exploração sexual a ser estudada, em grupo;

- Estudo da situação seleccionada sob vários pontos de vista: implicações individuais e sociais do envolvimento de agressores e vítimas nas situações em análise, propostas de

medidas para combater e prevenir este tipo de problemas;

- Divulgação das conclusões dos trabalhos de grupo, através de um jornal de parede ou cartaz.

Outras actividades

1. Levantamento dos serviços de apoio a vítimas de violência, existentes no Concelho.

2. Entrevistas a pessoas envolvidas em projectos de combate à violência.

3. Promoção de debate na escola sobre estas temáticas com especialistas convidados.

4. Organização de uma peça de teatro na escola onde sejam retratadas cenas de violência doméstica, a partir de situações reais conhecidas, e das informações recolhidas em pesquisas realizadas.

5. Representação da peça de teatro, seguida de debate sobre o seu conteúdo.

6. Organização de debates sobre violência doméstica, com especialistas e organizações de apoio à vítima

7. Criação de antologia de textos e de imagens significativas sobre a temática "Mulheres em cenário de guerra".

8. Organização de um Fórum sobre "Que caminhos para a Paz?"

9. Organização de café concerto, com poesia, música, canto e representação teatral sobre as questões da paz.

10. Produção de cartazes e slogans que traduzam mensagens contra

a violência, a discriminação e o sexismo nos mais diversos aspectos da vida individual e colectiva.

Iconografia (Postais)
Centro de documentação 25 de Abril



Autarquias em alerta...

Tomados de uma insana loucura estarão os que, apesar de, em Portugal, segundo a OCDE, o Estado gastar menos 1200 euros por estudante do que, em média, gastam os países daquela organização, pretendem reduzir, no próximo Orçamento de Estado, as transferências para o Ensino.

Os que, apesar do estado de "falência" generalizada em que entraram as autarquias, lhes impuseram mais competências e responsabilidades em matéria de Educação e agora querem reduzir-lhes 300 milhões de euros nas transferências a prever do orçamento do Estado.

Esses são os mesmos que pretendem:

- Reduzir os salários da generalidade dos trabalhadores portugueses, onde se incluem todos os docentes;
- Impor o congelamento das carreiras e um novo roubo de tempo de serviço a

somar aos 2,5 anos que já nos roubaram;

- Congelar os concursos para ingresso nos quadros, agravando a precariedade dos professores e a instabilidade das escolas, e já anunciam que pretendem ver-se livres de 20% dos actuais contratados;

- Aumentar os descontos para a aposentação, como já aumentaram para assistência na doença, ao mesmo tempo que congelam e reduzem pensões, como reduzem os apoios na doença;

- Eliminar deduções fiscais, eliminar o abono de família, aumentar o IVA, actualizar em 30 cêntimos os apoios aos mais carenciados...

Estas medidas não são uma inevitabilidade, são uma opção política de quem não quer beliscar o capital e, afirmando-se corajoso, se limita a usar o poder que detém para atacar os que menos têm e menos podem, como, aliás, fazem todos os fracos com os seus actos de cobardia.

As medidas que se anunciaram não resolverão crise alguma e apenas agravarão a situação que actualmente se vive no nosso país.

Ou não sabemos todos que estas medidas violentíssimas se seguem a outras como foi o roubo de dois anos meio de tempo de serviço? A anos de "aumento-zero"? A congelamentos e alterações de regimes de carreiras e de aposentação? A anteriores aumentos de impostos e descontos para fins sociais? E o que foi resolvido com tais medidas? Nada! Elas apenas provocaram a entrada numa descontrolada espiral de ataques que têm sido cada vez mais fortes e frequentes.

Teremos de ser nós, com a nossa luta, a parar esta vertiginosa sequência de ataques.

Há uma coisa, da qual podemos ter a certeza: **se ficarmos parados agora, no futuro, os ataques serão ainda mais violentos! Disso não duvidemos.**

pub

STAPLES

Tudo para fazer um bom negócio.

SÓ A STAPLES TEM UM CARTÃO DEDICADO EXCLUSIVAMENTE AOS PROFESSORES

Aproveite as Campanhas e Promoções exclusivas do Cartão **PROFESSOR+**

Finalmente os professores já têm um cartão completamente centrado nas suas necessidades. Adira e comprove como a Staples lhe pode facilitar o seu dia-a-dia.

- 7,5% de reembolso em Papelaria, Material Escolar, Calculadoras, Dicionários e Gramáticas.
- 10% de reembolso em serviços no Centro de Cópias e Impressão.
- Reembolso e desconto imediato em produtos seleccionados.
- Vasta gama de parcerias que lhe permitem poupar em produtos e serviços importantes para si e para a sua actividade..

Como aderir

Vá a uma loja Staples e solicite o formulário de adesão ou aceda a www.professormais.com.

Conheça as condições gerais do Cartão Professor + em www.professormais.com ou numa das 35 lojas Staples.



35 Lojas Catálogo www.professormais.com

Fundão:

Homenagem a Salvado Sampaio incluiu debates e exposição

"O Homem e o Pedagogo José Salvado Sampaio" (1921-2006) esteve no centro das atenções da jornada comemorativa do Dia Mundial dos Professores, no Fundão, iniciativa da FENPROF que decorreu na tarde de 16 de Outubro (sábado) no complexo "A Moagem - Cidade do Engenho e das Artes", dinâmico espaço cultural desta cidade beirã.

Dois painéis com depoimentos e comunicações e a abertura de uma exposição dedicada ao homenageado foram momentos expressivos da jornada.

A figura, a personalidade, o trabalho e o exemplo de Salvado Sampaio foram abordados num primeiro painel em que intervieram **Paulo Fernandes**, vice-presidente da Câmara Municipal do Fundão; **Mário Nogueira**, Secretário Geral da FENPROF; **Manuel Carvalho da Silva**, Secretário Geral da CGTP-IN; **António Teodoro**, investigador e docente da Universidade Lusófona; e **Fernando Paulouro Neves**, antigo dirigente do Sindicato dos Jornalistas, director do "Jornal do Fundão", órgão prestigiado da imprensa regional, que, juntamente com o município, colaborou nesta iniciativa.

Este primeiro painel, que, à semelhança da exposição, teve como lema central "O Homem e o Pedagogo Salvado Sampaio", foi apresentado por Isaura Reis, professora, delegada sindical no Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha.

Os intervenientes sublinharam facetas diversas deste "homem notável", licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra, professor do ensino secundário, colaborador do Centro de Investigação Pedagógica do Instituto Gulbenkian de Ciência (1962-1980), Director de Serviços e Inspector Superior na Direcção Geral do Ensino Básico entre



Mesa do primeiro painel no Fundão

Outubro de 1974 e Agosto de 1976; profundamente empenhado na renovação das antigas escolas do Magistério, grande impulsor da educação pré-escolar e da escola pública democrática; dirigente sindical (CGTP-IN e FENPROF); autor de numerosos estudos e textos publicados na imprensa, muitos deles com pseudónimo e também com a criatividade necessária para iludir o lápis azul da censura nos anos 60 e 70 do século passado.

Palavras como "mestre", "amigo", "homem de diálogo", "rigoroso", "sempre pronto a partilhar conhecimentos e reflexões", "semeador de ideias", destacaram-se nos expressivos depoimentos de quem conviveu directamente com Salvado Sampaio, que "hoje estaria connosco, determinado, nos combates que temos de travar", pela dignidade, pelo futuro, pelo país e pela escola.

Pensamento e acção

E foi exactamente da escola pública dos nossos dias, analisando "constrangimentos e desafios", que se falou no segundo painel (foto), conduzido por Dulce Pinheiro, da Direcção do SPRC, e em que intervieram Almerindo Janela Afonso e Mário Nogueira.

O investigador e docente da Universi-

dade do Minho abordou as políticas neo-conservadoras e neo-liberais no panorama da educação e indicou o pensamento e a acção de Salvado Sampaio como temas de grande alcance para possíveis teses de mestrado e doutoramento.

Por seu turno, o Secretário-Geral da FENPROF deixou um forte apelo à participação nas lutas e protestos contra as políticas de um Governo que ataca os professores e os outros trabalhadores, os reformados e pensionistas e que ataca os serviços públicos, "um Governo que quer reduzir 11% do orçamento para a Educação em 2011".

"A Ministra da Educação fala de *Metas para 2015* e sublinha a importância da escolaridade de 12 anos... Com que meios? Com que investimentos?", interrogou o dirigente sindical, que sintetizou as iniciativas e as acções de mobilização e luta definidas pela FENPROF para as próximas semanas.

Não nos submetemos!

Além de amigos e companheiros de Salvado Sampaio, educadores e professores, outros cidadãos, particularmente do concelho do Fundão, dirigentes sindicais da FENPROF e do SPGL, SPN, SPRC e

SPZS, associaram-se a esta iniciativa que confirmou que nos (difíceis) dias de hoje a melhor homenagem que se pode fazer a um homem de princípios e de convicções, cidadão pleno, como foi Salvado Sampaio, é assumir a responsabilidade de ir ao combate, agir com determinação, contribuir para a mudança - numa palavra: não nos submetemos!

"Nunca se deixou acomodar"

"É de louvar esta iniciativa", sublinhou ao JF Pedro Sampaio, neto do homenageado.

"É o reconhecimento do trabalho e do empenhamento cívico e profissional de uma vida", destacou ainda à nossa reportagem, referindo-se à iniciativa realizada pela FENPROF na cidade do Fundão.

Pedro Sampaio lembrou que o seu avô "nunca se deixou acomodar", salientando as actividades desenvolvidas por José Salvado Sampaio "em áreas como as Ciências da Educação, as Letras, a História ou a Matemática/Estatística", "um verdadeiro investigador", "homem que sempre buscou consensos", concluiu. ●



Palavras como "mestre", "amigo", "homem de diálogo", "rigoroso", "sempre pronto a partilhar conhecimentos e reflexões", "semeador de ideias", destacaram-se nos expressivos depoimentos de quem conviveu directamente com Salvado Sampaio





Antes do segundo painel, o auditório foi convidado a visitar a exposição sobre a vida e a acção de Salvado Sampaio. Luís Lobo, da Direcção do SPRC e membro do Secretariado Nacional da FENPROF, acompanhou os visitantes, esclarecendo vários pormenores de organização e conteúdo dos materiais expostos, num espaço de cerca de 200 metros quadrados. **A exposição está disponível para ser apresentada em qualquer ponto do País. Basta contactar a FENPROF.** Tanto os intervenientes, como os participantes na iniciativa que a nossa reportagem teve a oportunidade de ouvir, incluindo os dois netos de Salvado Sampaio, foram unânimes quanto à oportunidade e significado desta homenagem, e também quanto ao interesse e qualidade da exposição, que mostra as diferentes expressões da intervenção do ilustre fundante, que manteve uma colaboração activa de seis décadas no "Jornal do Fundão" e uma presença assídua na revista "O Professor" bem como noutros periódicos da imprensa diária: professor, investigador, pedagogo, cidadão, sindicalista, intelectual de corpo inteiro, lutador incansável pela democracia (Grande Oficial da Ordem da Liberdade), homem que dedicou muitas das suas capacidades à afirmação e construção da escola pública de qualidade (e rigor) para todos. ●

AECs Tubo de ensaio

Cada vez mais recorrente, o discurso político sobre o modelo educativo assente na municipalização apresenta-se como uma realidade de faces contraditórias, uma vez que se narra pelo enaltecimento das suas virtualidades, mas a prática tem mostrado que rapidamente resvala para um campo em que os seus perigos, de todos conhecidos, se tornam latentes.

A municipalização alicerça-se num discurso que procura rentabilizar as potencialidades do local, mas a realidade mostra-nos que é um vasto campo propício à acentuação de assimetrias entre as realidades educativas dos diferentes municípios, o que faz perigar o princípio da igualdade de oportunidades. Por outro lado, procura ser um caminho de co-responsabilização entre o poder central e o local, mas, invariavelmente, leva à desresponsabilização do Estado pelo serviço público de educação, outro princípio constitucional. Este é um caminho que procura aproximar o grau de decisão das instituições educativas e formativas, mas é propício a um maior controlo do campo educativo, cerceando a autonomia das escolas, numa espécie de exacerbação do localismo, enquanto modelo reprodutor do centralismo, agora exercido ao nível local, levando, rapidamente, ao aparecimento de tratamento diferenciado, ao desenvolvimento do clientelismo, à cedência dos interesses particulares imediatistas de grupos de pressão locais.

Vêm as presentes considerações a propósito da constatação das **diversas realidades** que servem de pano de fundo para o fomento das Actividades de Enriquecimento Curricular (AECs) entregues, grosso modo, às autarquias que as assumem, ou as contratualizam com empresas locais, muitas delas

criadas apenas para este efeito. E o plural do sublinhado anterior não é inocente!

Efectivamente, parece que se desenvolveu uma espécie de associação subterrânea de malfeitorias que parece nutrir especial fascínio em tudo contrariar, inclusive o plasmado na lei (que, apesar de tudo, tenta normalizar procedimentos e determinar algumas regras), e desenvolver uma outra actividade que parece ser a preferida de muitas das instituições deste país - decidir a seu belo prazer o quadro de implementação destas actividades numa espécie de registo em que a única regra é não haver regras!

E o rol de queixas que tem chegado aos vários Sindicatos da Federação é imenso! Desde logo, a não utilização da plataforma da DGRHE (determinado pelo DL n.º 212/2009) e o desrespeito pelas normas administrativas constantes nos diferentes diplomas legais; depois, temos a definição de critérios dúbios, numa espécie de luva feita à medida de certos candidatos; em seguida, as ultrapassagens inexplicáveis. Algumas autarquias, nem concursos abrem! E em termos processuais, é vê-las! Solicitam comprovações burocráticas muito além do legalmente exigido; exercem aberrantes violações à lei, como é o caso da contagem de tempo de serviço em função de blocos de 45 minutos, quando a legislação aponta

para que tal contagem seja efectiva através de blocos de uma hora; ou o caso do cálculo remuneratório feito com base nas 35 horas e não nas 25 horas que constitui a referência do horário para o 1.º CEB; ignoram legislação que estabelece um valor mínimo para efeitos de remuneração e aplicam cálculos definidos em diplomas que não se destinam à matéria em questão;...

Difícil, difícil, é encontrar alguém que assumia a denúncia destas realidades, uma vez que é o seu emprego (precário, claro!) que fica em causa, pois, diz-nos a prática, as retaliações são imediatas. Triste realidade esta! Triste realidade esta de um país que, num dia de Abril, elegeu o cravo como símbolo da sua democracia! Mas quem não se cala é a FENPROF! Atento a estas realidades, a Federação tem em preparação um vasto conjunto de iniciativas que vai propor aos visados e que contribuirão, por certo, para uma normalização deste processo, e que constará de pedidos de reunião, com carácter de urgência, às diferentes direcções regionais do país, um outro pedido à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), para além de solicitações de esclarecimento da legalidade a várias autarquias e exigência da aplicação da legalidade a outras. | Maria J. Araújo e Rogério Ribeiro ●

Formação Continua Direito de todos ou negócio de alguns?

O PEC 3, a concretizar-se, implicará o congelamento da progressão na carreira docente, tornando ainda mais inútil um modelo de avaliação de desempenho cuja finalidade principal é regular o fluxo na carreira e controlar o exercício profissional docente.

A formação contínua, hoje reduzida pelo ME a uma mera função "formatante", foi desviada da sua finalidade essencial: permitir a auto-reflexão, a reflexão entre pares e a investigação-acção, num permanente exercício de melhoria das práticas profissionais.

Perante esta situação, os professores interrogam-se com razão: para que serve (e a quem serve) esta formação? Como pode um professor fazer formação contínua, nestas condições?

O ME oferece formação contínua gratuita apenas a trinta por cento dos professores, em cada ano e, mesmo assim, quase exclusivamente afunilada ao PTE (Plano Tecnológico da Educação) e em acções de 15 horas (quando os professores precisam de fazer, em média anual, 25 horas). Quem garante as horas em falta?

Quem garante a formação aos cerca de quarenta por cento dos professores que, num ciclo avaliativo de dois anos, não conseguem aceder à "generosa" oferta do ME? Terão que pagar a sua formação? Quem lucra com isso?

E, já agora, quem selecciona os professores para a formação? Com que critérios? Em que condições se realiza? A quantos kms do local de trabalho ou da residência? Em que condições físicas? Que tempo é obrigado o professor a despendar nas deslocações? Quem paga as despesas?

A formação contínua continua a ser um direito e um dever dos professores. A FENPROF exige, por isso, uma formação contínua de qualidade para todos os docentes, adequada e gratuita.

Enquanto não forem garantidas estas condições, A FENPROF exige que o ME esclareça as escolas, conforme se comprometeu, de que, da ausência da formação contínua adequada e gratuita não decorre qualquer prejuízo para os professores, nomeadamente ao nível da sua avaliação de desempenho. | Manuel Rodrigues ●



Educação Especial O rei vai nu...

No ano lectivo 2009/10, a FENPROF promoveu um levantamento das condições de funcionamento da Educação Especial, visando uma espécie de avaliação aos primeiros dois anos de aplicação do Decreto-Lei n.º 3/2008, através do qual, pretendeu a ministra Lurdes Rodrigues reorganizar (leia-se: reduzir) os apoios especializados aos alunos com necessidades educativas especiais. Nesse levantamento – uma amostra muito significativa – pudemos constatar que a retrógrada reforma da Educação Especial de Lurdes Rodrigues estava muito longe de ter dado os resultados prometidos: menos alunos apoiados (um corte de milhares); falta de docentes, falta de auxiliares de acção educativa (assistentes operacionais), falta de técnicos, segregação de muitas respostas educativas em unidades especializadas e escolas de referência, muitos espaços físicos inadequados, falta de formação de muitos docentes em exercício nesta área (para já não falar da crónica falta de formação do(a)s auxiliares de acção educativa, no apoio a estes alunos), excesso de alunos por turma, etc.

Situação agravada

Iniciado o ano lectivo de 2010/11, constatamos que o ME de Isabel Alçada não só manteve todos estes aspectos negativos, como agravou muitas das situações denunciadas pela FENPROF: turmas com excesso de alunos com NEE ou que não respeitam o limite de 20 alunos quando integram estes alunos, falta de psicólogos e terapeutas, falta de pessoal auxiliar, entretanto, substituído pelo trabalho precário e mal pago de tarefeiro(a)s, falta de docentes, insuficiência dos tempos de apoio, abusos nos horários dos docentes de Educação Especial, falta de formação, colocações por convite, deslocação de alunos com NEE para novas escolas mais distantes da residência em transportes não adaptados e sem acompanhantes, cortes no subsídio de Educação Especial, piores condições de aprendizagem na maior parte das escolas, com particular incidência nos alunos com maiores dificuldades, etc. Perante isto, a FENPROF não se calará. Em breve, voltará a denunciar estas situações e a exigir a revogação do DL n.º 3/2008. Continuará a exigir ao ME que crie as condições para que se cumpra a Escola Inclusiva no contexto de uma escola pública de qualidade para todos. Como recomenda, aliás, a UNESCO (desde 1994) e a nossa Lei de Bases do Sistema Educativo preconiza (desde 1986). Bem pode o governo continuar a encomendar relatórios de branqueamento da negra realidade que vivemos nas escolas. A realidade é outra e o rei vai nu. | **Manuel Rodrigues** ●

Horários de trabalho Afinal, quem defende o teu?

1. A FENPROF... combateu, combate e combaterá por horários de trabalho adequados, equilibrados e justos. Os resultados não-de passar de forma decisiva pela força que os professores dão a esta batalha. Na luta, a FENPROF inscreveu as questões da sobrecarga e do abuso sobre os horários como objectivo reivindicativo destacado. Conseguiram-se alguns ganhos potencialmente interessantes (no contexto que conhecemos, claro, e se devidamente usados, mais claro!) como, por exemplo, os que se prendem com a compensação de horas de trabalho despendidas em formação, o número mínimo de tempos para o trabalho individual ou a separação entre o acidental (reuniões ocasionais) e o previsível e previsto (todas as outras reuniões). A FENPROF e os seus sindicatos sempre apelaram e apelam à acção dos professores na defesa dos seus horários.

2. As direcções... não são todas iguais, pois não. E nem actuam todas da mesma maneira, pois não. Se há as que procuram, apesar da pressão política que vem de cima, manter a legalidade nos horários, há muitas outras que aplaudem ou pactuam com as sobrecargas. Não querem ou não arriscam questionar, quanto mais reclamar: atiram-se a quem está, carregando e abusando dos horários e das vidas de quem trabalha. Nada a fazer?!... Bem pelo contrário: vejam-se as sugestões que a FENPROF tem repetido (http://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/M_Html/Mid_183/Anexos/horarios.pdf). Nestas e em muitas outras matérias não chega lamentar a falta de tempo.

3. A ministra, ao princípio... perorou um bocadito na AR sobre a alteração das regras para que os professores pudessem concentrar-se no essencial... Em sede de revisão de ECD a FENPROF apresentou propostas mas, então, o ME alegou constrangimentos orçamentais e remeteu

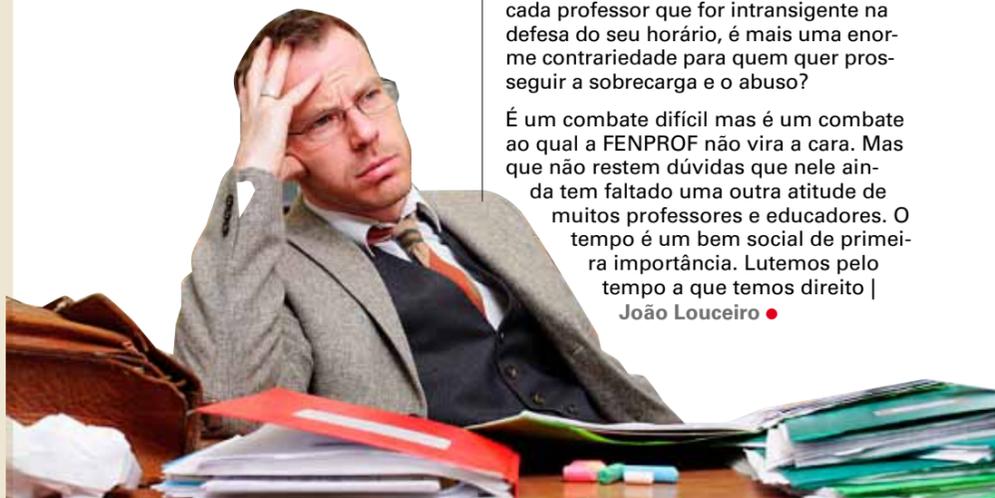
melhorias para a negociação da organização do ano escolar. Quando lá chegou, furtou-se à negociação; deixou tudo na mesma. A ministra, a sua equipa e o seu governo não só não resolverão de moto próprio como procurarão fazer render ainda mais a opção da sobrecarga... A não ser...

4. A IGE... perdeu autonomia, já se intuía. Hoje chega, por quem nela manda, a escolas em que as decisões até permitem alguma protecção aos horários de trabalho e... manda estragar. A questão não é, afinal, a conformidade com a legislação mas a desconformidade com a vontade do ME, o que, bem se compreende, não a mesma coisa... A IGE não legisla, pois não, e é também por isto que os professores devem agir também onde ela age mal.

5. O PEC/OE 2011... promete mais de 11% de cortes nas transferências para a Educação; promete corte a rodos na contratação; promete ser um grandíssimo corte nas nossas vidas e nas vidas de todos... Sem uma atitude (muito) mais intransigente na defesa dos nossos horários de trabalho, não é preciso grande esforço para perceber o que mais uma vez se prepara: mais abusos e sobrecargas.

6. Tu, colega... desculpa-nos a frontaldade de algumas perguntas. Já deste mesmo, mesmo!, atenção às indicações e sugestões que a FENPROF tem divulgado? O teu horário está, pelo menos, como a legislação permite? Há correspondência entre a densidade de tarefas que desempenhas e o horário semanal? Se não (o que é o mais comum), o que já fizeste para exigir a reposição da legalidade? Já sabes que há professores/as que o exigiram de forma cuidadosa e persistente, e a quem o tribunal já veio dar razão, mandando o ME pagar o que não queria (vê <http://www.fenprof.pt>). Percebes que cada professor que for intransigente na defesa do seu horário, é mais uma enorme contrariedade para quem quer prosseguir a sobrecarga e o abuso?

É um combate difícil mas é um combate ao qual a FENPROF não vira a cara. Mas que não restem dúvidas que nele ainda tem faltado uma outra atitude de muitos professores e educadores. O tempo é um bem social de primeira importância. Lutemos pelo tempo a que temos direito | **João Loureiro** ●



Ensino Superior Medidas do Governo são inaceitáveis!

Contrariam o interesse nacional, pois refreiam o desenvolvimento do Ensino Superior! São injustas, indignas e de constitucionalidade muito duvidosa!



Pela sua natureza, mas também para impedir que outras ainda mais gravosas venham a ser impostas no futuro: Importa lutar contra elas!

Em sectores estratégicos para o desenvolvimento do país e para a saída da crise, como são os do Ensino Superior e da Ciência, o Governo pretende:

- **Diminuir** significativamente os salários (ao que afirma, para sempre) em desrespeito pelos contratos esta-belecidos, desvalorizando e desmotivando o empenho dos docentes e reduzindo a atractividade de carreiras que se desejam competitivas;

- **Retirar** os incentivos à melhoria dos desempenhos e à aquisição de qualificações mais elevadas;

- **Congelando**, de novo, a progressão salarial, após a introdução da avaliação do desempenho – condição imposta para o anterior desbloqueamento;

- **Bloqueando** a realização de concursos em algumas instituições, a pretexto de dificuldades financeiras impostas pelo próprio Governo.

Apesar de a proposta de OE incluir algumas excepções para o ensino superior, as preocupações levantadas pela FENPROF não estão suficientemente esclarecidas - ver carta ao ministro: www.fenprof.pt/superior.

É imperativo assegurar que a passagem a professor auxiliar dos assistentes que se doutorem e as idênticas passagens, no Politécnico, às categorias de professor, bem como os efeitos da obtenção de qualificações, como a agregação – direitos independentes da vontade da administração – não sejam postos em causa.

Mais ainda, importa que o Ministério esclareça o que entende por "instituições de ensino superior públicas [...] que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro", em que a "abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego", está dependente de "preceito prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública, e do ensino superior".

Isto é um atentado à autonomia das instituições! É preciso conseguir cedências do Governo!

CCT das Escolas Profissionais Negociação entre a FENPROF e a ANESPO

Reiniciou-se, no passado dia 21 de Outubro, o processo negocial entre a FENPROF e a ANESPO, com vista à celebração de um contrato colectivo de trabalho para os professores e formadores das escolas profissionais. Ficou acordado que na próxima reunião de negociação, agendada para o dia 30 de Novembro, se retomariam as matérias do clausulado geral que têm estado pendentes por falta de acordo entre

as partes, nomeadamente os horários de trabalho, matéria tão importante e sensível para os professores e formadores destes estabelecimentos de ensino e sobre a qual se têm registado graves abusos e ilegalidades por parte das direcções das escolas. Relativamente à estrutura de carreira e às tabelas salariais, é intenção da ANESPO alinhar as suas propostas com as que a AEEP irá apresentar para o Ensino Particular

e Cooperativo, ficando de nos apresentar posteriormente uma proposta concreta para negociação. Da parte da FENPROF fica o compromisso de que tudo fará para defender os legítimos interesses e direitos dos professores e formadores das escolas profissionais no decorrer deste processo negocial, sobre o qual fará regularmente o ponto de situação na página electrónica da FENPROF e nas dos respectivos Sindicatos. ●

3 perguntas ao Secretário Geral do Sindicato dos Professores no Estrangeiro (SPE/FENPROF)

“Exigimos respeito e soluções para os nossos problemas”



“Queremos soluções por parte da tutela e não medidas avulsas que favorecem a forma economicista como Lisboa vê o EPE. Somos portugueses iguais aos residentes em Portugal.”

"Respeitamos, mas exigimos respeito e soluções para os nossos problemas. Só assim poderemos dignificar o nosso país e fundamentalmente a nossa língua e a nossa cultura", realça Carlos Pato, Secretário Geral do Sindicato

dos Professores no Estrangeiro (SPE/FENPROF), em entrevista concedida ao JF no Luxemburgo, após os trabalhos da recente Assembleia Geral do SPE.

1. Quais são neste momento os principais problemas que afetam os professores do ensino português no estrangeiro?

Carlos Pato (C.P.) - Os problemas que se sentem presentemente no EPE prendem-se, essencialmente, com as medidas economicistas tomadas pelo ICA (Instituto Camões), pressionado pelo governo português. Para destacar alguns, importa realçar os cortes nas horas de apoio pedagógico, bem como na assessoria às coordenações, o que veio aumentar a fragilidade do funcionamento do sistema.

Hoje temos professores a verem convertidas horas lectivas em trabalho administrativo, sem qualquer suporte legal; reduções drásticas nos plafonds atribuídos no ano anterior para desenvolvimento destas actividades; uma sobrecarga horária, nomeadamente nos professores do 1º ciclo, dado ser entendimento do ICA que horário completo são 25 horas, mas esquecem-se de contabilizar o tempo que o docente necessita para as deslocações para os curso e inter-cursos. Outro grave problema prende-se com a não publicação da portaria da contratação local, negociada com o SPE/FENPROF em Julho passado e que até ao presente não foi publicada. Há centenas de alunos sem aulas, pais e encarregados de educação revoltados mas a resposta tarda em chegar. Temos docentes no desemprego, alunos sem aulas e tudo se poderia resolver através da publicação do referido diploma. Embora se procurem corrigir as anomalias, o regime de assistência na doença aos docentes ainda não está a funcionar convenientemente, com atrasos na distribuição dos cartões e consequentes prejuízos para os docentes.

Outro assunto que preocupa os docentes é a situação que se vive na Suíça no tocante aos salários e que se arrasta já há algum tempo. Com as constantes oscilações cambiais e a crise económica que se instalou, os professores vêem degradar-se de dia para dia o seu poder

de compra bem como a sua qualidade de vida. Os professores a trabalhar na Suíça acumulam prejuízos incalculáveis, de mês para mês. Urge que a tutela tome, de uma vez por todas, medidas que possam pôr termo a esta situação de flagrante injustiça. Acrescente-se ainda mais: assistimos ao último procedimento concursal, implementado pelo ICA.

Desde o início que não estivemos de acordo com o modus operandi concretizado no seu Aviso de Abertura e manifestámos, por diversas vezes, a nossa discordância. Foi entendimento da tutela que era matéria não negociável ao abrigo do estipulado na Lei nº23/98, daí que tivessem levado por diante um “concurso” que lesou as legítimas pretensões de muitos docentes a trabalhar no EPE.

Verifica-se, porém, que apesar do processo ter avançado, muitos horários ficaram vagos e urge agora encontrar forma para que os alunos não fiquem sem professor.

Outro grave problema prende-se com o facto de os docentes agora colocados, se verem confrontados com uma despesa extra pelo facto de ao chegarem aos países de colocação, o ICA não lhes abonar o subsídio de instalação conforme estipulado no Regime Jurídico. O SPE/FENPROF tem instado o ICA no sentido de regularizarem a situação, obtendo como resposta o facto de o mesmo não estar ainda regulamentado.

No ano transacto também não estava e, no entanto, foi pago aos docentes colocados. Exigimos pois o mesmo tratamento e que o SECP, detentor da tutela do EPE, adopte a mesma postura do anterior serviço tutelar: através de despacho interno foi resolvido o problema. Esperamos que assim se proceda.

2. Como é que o Sindicato dos Professores no Estrangeiro (SPE/FENPROF) responde a essa situação?

C. P. - O SPE tem lutado com todos os meios ao seu alcance, no sentido de serem encontradas soluções para todas estas situações, pressionando constantemente o ICA, a fim de serem tomadas. Lembrando o Secretário de Estado das Comunidades para o respeito que lhe devem merecer os professores no EPE e

as comunidades de portugueses imigrados e emigrados no mundo. Um problema que temos, activamente, procurado resolver é o que se prende com a certificação dos cursos de Língua e Cultura Portuguesas.

Existem propósitos do ICA no sentido de dar uma resposta, mas esta tarda em chegar.

Queremos que aos nossos alunos seja reconhecida competência linguística no final do seu percurso escolar que é de 12 anos, identificada com o Quadro Europeu de Referência para as Línguas. Enquadramento existe! Falta vontade da tutela, para tornar realidade um sonho, há muitos anos acalentado pelos professores no EPE.

3. Quais são as grandes linhas de força do memorando reivindicativo aprovado na recente assembleia geral do SPE?

C. P. - O memorando reivindicativo do SPE/FENPROF sofreu alterações substanciais na última Assembleia Geral. Prendem-se, essencialmente, com a necessidade de o EPE ser dotado de um modelo de avaliação justo, coerente e equitativo que permita aos docentes, no final de cada ano lectivo poderem ser avaliados e ficarem com a certeza que o processo não foi inquinado e que não enfermu de irregularidades, conforme o que decorreu no ano que findou.

O documento não é fechado, é dinâmico. Nunca podemos dizer que tem forma acabada pois está sempre receptivo às achegas que os sócios do SPE/FENPROF fizerem chegar aos seus órgãos representativos. Pode ser consultado na página do SPE alojada no sítio da FENPROF.

A credibilidade do ensino português no estrangeiro, bem como dos seus profissionais é outro dos vectores que orientam o memorando. Queremos soluções por parte da tutela e não medidas avulsas que favorecem a forma economicista como Lisboa vê o EPE. Somos portugueses iguais aos residentes em Portugal.

Respeitamos, mas exigimos respeito e soluções para os nossos problemas. Só assim poderemos dignificar o nosso país e fundamentalmente a nossa língua e a nossa cultura. ●

Maria José Meira, Coordenadora do Ensino Português no Benelux

Incentivo à formação contínua dos docentes

“Dar mais visibilidade à Língua Portuguesa” e contribuir para uma “melhor preparação dos docentes” são objectivos fundamentais para a Drª Maria José Meira, Coordenadora do Ensino Português no Estrangeiro (EPE) no Benelux. No momento da breve conversa com a nossa reportagem (26 de Setembro, em Remich, Luxemburgo, por ocasião do convívio que fechou a AG do SPE/FENPROF), a Drª Maria José Meira desempenhava aquelas funções (“que não se aceitam de ânimo leve”) há cerca de um mês. “Estou consciente dos desafios que este trabalho exige. Como noutras responsabilidades que assumi anteriormente – registo em particular a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde fui estudante, assistente a professora auxiliar – estou aqui para dar o meu melhor e para ajudar os docentes que aqui trabalham”.

A Coordenadora do EPE na Bélgica, Holanda e Luxemburgo, obrigada a constantes deslocações, sublinha a importância das “actividades de formação contínua dos docentes”, factor essencial para a melhoria do trabalho pedagógico. Garante o “total empenhamento” da Coordenação nesse sentido e também



uma atitude construtiva e dinâmica de “diálogo com os professores que aqui desenvolvem a sua actividade”.

“Um longo caminho a percorrer”

Maria José Meira acredita no projecto que conduziu à reestruturação da Coordenação geral do EPE, com a passagem da tutela do Ministério da Educação (ME) para o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), via Instituto Camões e garantiu, na conversa com o JF, que “há ainda um longo caminho a percorrer”, tanto na “valorização da língua e da cultura portuguesas na Europa e no Mundo”, como no apoio à rede e aos docentes que, “enfrentando várias dificuldades”, asseguram o ensino português no estrangeiro, em colaboração com as comunidades portuguesas e as autoridades educativas nos diferentes países. ●

I Congresso Internacional Sexualidade e Educação Sexual Políticas Educativas, Investigação e Práticas



A Universidade de Aveiro recebe, de 11 a 13 de Novembro, o I Congresso Internacional **Sexualidade e Educação Sexual: Políticas Educativas, Investigação e Práticas**, organizado pelas Universidades de Aveiro, de Lisboa e do Minho, em conjunto com a Escola Superior de Educação de Coimbra e com as universidades brasileiras Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Estado de Santa Catarina. O congresso, referem os organizadores, visa promover o estudo da sexualidade, em particular da educação sexual e da promoção da saúde. A iniciativa, composta por conferências plenárias, mesas redondas, sessões paralelas com comunicação de trabalhos de investigação e por relatos de práticas pedagógicas, destina-se a profissionais da educação e da saúde, entre outros. ●

INFO www.ua.pt/cidttf/PageText.aspx?id=11399

Integração e sucesso escolar dos alunos das famílias de origem estrangeira no Luxemburgo

“Jornada de reflexão”

dinamizada pelo Sindicato dos Professores do Luxemburgo (SEW) e pelo Sindicato dos Professores no Estrangeiro (SPE/FENPROF)

Promovido no âmbito das relações de solidariedade e colaboração entre as duas organizações sindicais, o debate, realizado no dia 25 de Setembro, antes da assembleia geral do SPE, permitiu uma interessante reflexão sobre os desafios que se colocam à integração e ao sucesso escolar dos alunos das famílias de origem estrangeira que vivem e trabalham no Luxemburgo (cerca de 17 por cento dos habitantes do Grão Ducado são portugueses). No debate, que teve a participação de Monique Adam, presidente do SEW e de Patrick Arendt, da direcção do sindicato, destacou-se uma sentida preocupação com o “êxito escolar e social” das crianças e jovens de famílias estrangeiras.

Relação escola-família

Foram abordadas questões como a nova lei sobre a “escola fundamental”, a manutenção da língua e da cultura de origem, as



turmas de acolhimento e a sua organização, o funcionamento dos cursos integrados/paralelos, a integração dos professores portugueses na escola luxemburguesa, a relação escola-família e a necessidade de mobilização e esclarecimento dos encarregados de educação.

Diferentes experiências vividas em escolas e comunidades locais, as opções



metodológicas e a pouca autonomia dos estabelecimentos de ensino estiveram também presentes neste encontro de trabalho, realizado numa das salas do confortável Centro de Formação de Remich.

A dinâmica do debate acabou por “tocar” a realidade da situação do ensino português noutros países europeus, nomeadamente em França, onde a promoção e divulgação da Língua e da Cultura portuguesas estão muito aquém da expressiva presença lusa nesse país.

Mário Nogueira fechou esta sessão com um breve apontamento sobre a acção da FENPROF, incluindo o seu envolvimento no plano internacional; a realidade sindical docente e a situação do ensino e dos seus profissionais em Portugal. Alertou ainda para os efeitos da precariedade, da municipalização e da privatização e também para os números do abandono e do insucesso escolares, sublinhando a necessidade de se alterar esta situação. | JPO ●

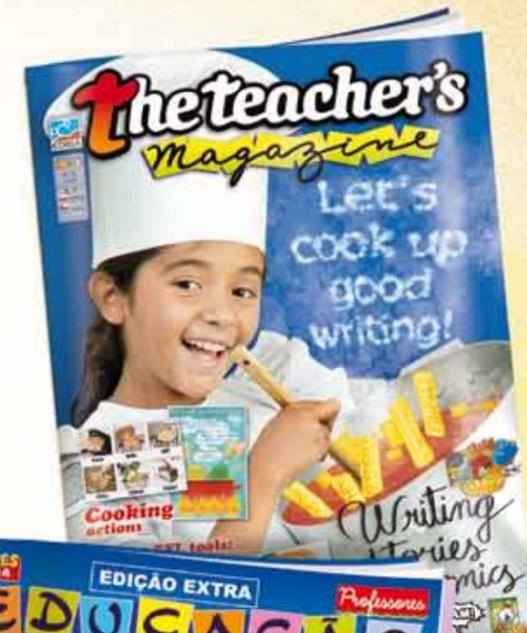
I Encontro Internacional TIC e Educação

O Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, em parceria com a Revista Educação, Formação & Tecnologias e com a Unidade de Investigação em Educação e Formação da Universidade de Lisboa, organiza, de 19 a 20 de Novembro próximo, nas suas instalações, o I Encontro Internacional TIC e Educação, subordinado ao tema Inovação Curricular com TIC. Perspectivas teóricas sobre a utilização das TIC para fins educativos, projectos e práticas de integração curricular das TIC e competências e desenvolvimento profissional de professores, de educadores e de outros profissionais são alguns dos tópicos em destaque do encontro, que conta com a participação de especialistas no campo dos e-portefólios e dos ambientes pessoais de aprendizagem. O encontro destina-se a investigadores, a professores, a educadores, a alunos de doutoramento e a outros profissionais ligados à formação e ao ensino e aprendizagem com as TIC. A iniciativa visa promover a reflexão e o debate sobre práticas de integração e de inovação curricular nas escolas portuguesas, bem como em outros contextos de formação e de aprendizagem. ●

+ INFO [www.http://ticeduca.ie.ul.pt](http://ticeduca.ie.ul.pt)



Este mês



À venda, em todos os quiosques. Reserve-as já! | www.ediba.com | 2010



FENPROF e Sindicato Nacional dos Psicólogos concluem: ME desvaloriza papel dos psicólogos nas escolas e mantém sistema deficitário

Nas escolas portuguesas estavam colocados, no ano lectivo passado, perto de meio milhar de psicólogos, dos quais apenas cerca de metade eram dos quadros.

De 1997 até hoje não se realizou qualquer concurso para ingresso em quadro e, de então até 2007, a contratação de psicólogos ficou sempre dependente de associações de pais ou outras entidades, tendo, apenas a partir desse ano, sido contratados psicólogos educacionais pelas próprias escolas.

Foi assim que as escolas contrataram cerca de 300 psicólogos, mas de uma forma cuja legalidade é duvidosa: contratos celebrados nos termos do Decreto-Lei 35/2007, de 15 de Fevereiro (que estabelece as regras de contratação de professores), e para a prestação de actividade regulada nos termos do Estatuto da Carreira Docente, isto apesar de não serem docentes. Acresce que estes profissionais não têm direito a carreira e são pagos pelo índice 126 da carreira docente, que corresponde ao dos professores sem habilitação profissional.

Apesar de ser este o quadro que se apresenta, o ME, este ano e até agora, não autorizou a contratação de psicólogos, o que faz com que um problema grave que existe nas escolas (a falta de psicólogos educacionais) se tenha agravado ainda mais. São 300 os psicólogos que aguardam uma colocação e são outras tantas as escolas que tentam resolver alguns dos problemas com que se confrontam, recorrendo a professores de psicologia e até de filosofia, apesar de não ser essa a sua função.

Com a não colocação destes profissionais – problema que a FENPROF identificou

e denunciou logo na abertura do ano lectivo – fica prejudicada a orientação escolar dos alunos, o apoio psicológico, a actividade a desenvolver no contexto da Educação Especial ou o apoio a projectos específicos, nomeadamente no âmbito dos TEIP.

Provavelmente por desconhecer a realidade, o Secretário de Estado Adjunto e da Educação afirmava, há dias, que nunca houve tantos psicólogos nas escolas como agora, mas não disse a verdade toda, pois juntou os que, tendo intervenção no contexto educativo, não desempenham as funções dos psicólogos educativos. Estão nessa situação os que desenvolvem actividade no âmbito do Programa Educação para a Saúde, dos Centros Novas Oportunidades, do Programa Operacional Potencial Humano, das Câmaras Municipais ou dos Centros de Recursos para a Inclusão. Mas afirmar o que o já referido secretário de estado afirmou na Assembleia da República, é tão grave como misturar alhos com bugalhos.

Recentemente reunidas em Lisboa, as Direcções do SNP e da FENPROF esperam que o Ministério da Educação resolva urgentemente o problema que criou este ano ao não autorizar atempadamente a contratação destes profissionais. Mas o que estas organizações sindicais exigem, de facto, é que o ME respeite os ratios que estão definidos, quer no plano nacional, nomeadamente pelo CNE, quer internacional. É que, enquanto no nosso país, existe um psicólogo por cada 3.000 alunos (ratio que, na área da DREN, atinge 1/4.500), as recomendações vão no sentido de 1 para 400. Ou seja, também neste domínio Portugal está muito longe de corresponder às exigências que se coloca a uma escola inclusiva, democrática e de qualidade.

Para continuar a aprofundar a reflexão neste domínio e a construir propostas concretas que possam ser apresentadas à tutela com vista a resolver este grave problema, FENPROF e SNP voltarão a reunir em data próxima, bem como a cooperar em aspectos diversos da sua actividade.



Com a não colocação destes profissionais fica prejudicada a orientação escolar dos alunos, o apoio psicológico, a actividade a desenvolver no contexto da Educação Especial ou o apoio a projectos específicos, nomeadamente no âmbito dos TEIP

Por fim, as duas direcções reafirmaram o empenhamento total na mobilização dos profissionais que representam, quer para uma garantir uma grande participação na Manifestação Nacional da Administração Pública, de 6 de Novembro, quer uma forte adesão à Greve Geral de 24 de Novembro. ●

Testemunho sobre Rogério Fernandes Esta forma exigente de estar, ser e fazer



A relação humana, política e profissional que estabeleci com o Rogério Fernandes foi, decerto, bastante diferente da que o Rogério estabeleceu com a generalidade de quantos aqui testemunham hoje.

O nome chegou-me enquanto estudante; a pessoa só mais tarde, já no meu Sindicato, na região centro, e, depois, na FENPROF. A primeira vez que ouvi o Rogério Fernandes falar sobre Educação e políticas

educativas foi num grande encontro que teve lugar no Teatro Académico de Gil Vicente, em Coimbra, isto há uns bons vinte e alguns anos. Do que, então, mais recordo, por ser o que mais apreciei no discurso, para além do conteúdo, obviamente, foi a sua clareza, a coerência das ideias, a simplicidade da exposição, o fino sentido de humor. Não precisou, na altura, de acetatos, para se fazer compreender melhor do que ninguém!

A partir daí e já na FENPROF, houve alguma aproximação, sobretudo enquanto presidiu ao Instituto Irene Lisboa. Essa aproximação permitiu-me, não só, confirmar o que já ha-

via apreciado, como perceber que estava perante uma pessoa extremamente prática. Daquelas que sabe que, ao dia, faltam horas para poder fazer tudo aquilo que deveria ser feito... e o Homem, o intelectual, o pedagogo, o historiador, o cidadão interveniente, o activista de causas quando exerce todas estas dimensões precisa de tempo, muito tempo, o tempo que parece chegar ao fim muito mais depressa do que era justo e necessário.

A certa altura, não sei explicar exactamente a razão, pois não nos encontrávamos tantas vezes como, talvez, as responsabilidades que assumíamos o justificaria, comecei a sentir, da parte do Rogério Fernandes, uma grande simpatia.

Muitas vezes, quando me encontrava,

chamava-me dizendo "Oh jovem", gostei do que disseste ou fizeste, mas ainda pode ser melhor se lhe acrescentares mais um ou outro aspecto, uma ou outra ideia. Eram sempre, foram sempre conselhos positivos e importantes e dados de forma que procuravam excluir qualquer possibilidade de parecer uma crítica de quem não gostara. Eram conselhos de quem, sentia-se, estava do mesmo lado e achava importante contribuir para que fosse sempre melhor! Esta forma exigente de estar, ser e fazer é própria de quem sabe que nada é perfeito, logo, há sempre margem para melhorar. Rogério Fernandes era exigente!

Gostava do Rogério Fernandes, Amigo por quem tinha uma elevada consideração. Achei sempre que se tratava de consideração, apreço e camaradagem recíprocos e verdadeiros que, no entanto, nunca explicitámos nas palavras que trocámos. Penso que por acharmos não ser necessário, pois ambos sabíamos que assim era e talvez o quarto de século que nos separava o dificultasse.

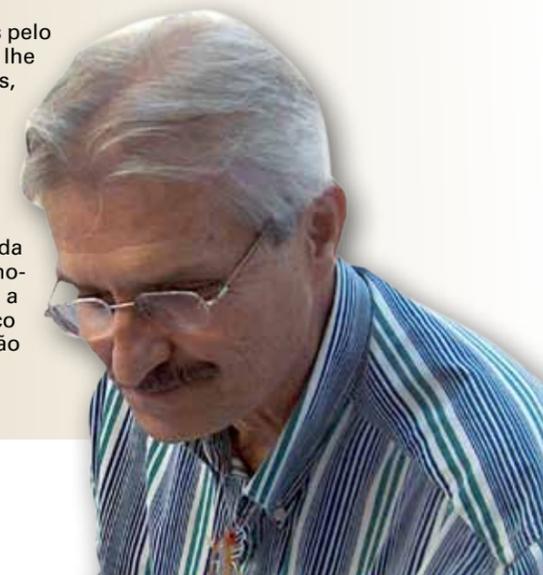
Por fim, de Rogério Fernandes, uma certeza: se fosse possível estaria hoje nas lutas de tantos, dos muitos que pugnam pela dignificação da profissão docente e pela defesa da Escola Pública. Não está, por não ser possível, mas o seu legado é forte contributo para que aqueles que estão continuam a lutar. Também isso lhe devemos agradecer. ●

Mário Nogueira

Universidade de Lisboa, homenagem a Rogério Fernandes promovida pela Reitoria da UL, Instituto de Educação desta Academia e Universidade Lusófona, 12 de Outubro de 2010

Ao José Roque

O Roque, chefe de serviços do SPGL, era presença permanente quando passávamos pelo patamar do segundo andar da nossa sede, sendo habitual entrar na sua sala para lhe perguntar "se havia novidades", referindo-me a programas das agências de viagens, embora, quase sempre, esse fosse apenas um pretexto para conversarmos um pouco. Acompanhei a doença do Roque no início e, depois, quando o encontrava nas vezes em que ele passava pela sede e o semblante denunciava traços de um sofrimento de que nunca se lamentou. Vi como resistiu à violência dos tratamentos a que esteve sujeito, limitando-se a dizer, quando lhe perguntava, que estava tudo a correr bem... ainda que se fosse tornando muito visível o efeito da doença e da luta que contra ela estava a travar. Foi ainda há poucos dias que me cruzei com o Roque junto à porta da FENPROF. Ambos nos deslocávamos para os carros, cumprimentámo-nos, perguntámo-nos se estava tudo bem e despedimo-nos. Fiquei com a sensação que poderia ser a última despedida e foi. É injusta a vida quando decide partir assim, mas a vida é pouco dada a problemas de consciência. Cumpre-nos não a desperdiçar e José Roque não gostava de perder tempo com inutilidades. À Família, à Direcção do SPGL e aos seus Colegas, fica o voto de sentidos pêsames. | Mário Nogueira ●





José e Pilar

um filme de **Miguel Gonçalves Mendes**

Digressão José e Pilar. De dia 22 de Novembro ao dia 18 de Dezembro o realizador, Miguel Gonçalves Mendes, andará em digressão, com o filme, pelo país. Este é um convite feito através da FENPROF para as Escolas Secundárias, Universidades e Politécnicos (e também para os professores, em particular), pois poderão organizar uma ida ao cinema, para além dos horários habituais de cartaz, isto é, diferentes sessões de manhã e à tarde, com a presença do realizador e conversa/debate à posteriori. O bilhete neste caso é de apenas 4 euros.

As marcações poderão ser feitas para o telefone 962450546 ou através de email escolas@joseepilar.com Miguel Gonçalves Mendes Produzido por: JumpCut (Portugal), e Co-produção: EL DESEO (Espanha) e O2 Filmes (Brasil)

Contornos do enredo:

A Viagem do Elefante, o livro em que

Saramago narra as aventuras e desventuras de um paquiderme transportado desde a corte de D. João III à do austríaco Arquiduque Maximiliano, é o ponto de partida para José e Pilar, filme de Miguel Gonçalves Mendes que retrata a relação entre José Saramago e Pilar del Río. Mostra do dia-a-dia do casal em Lanzarote e Lisboa, na sua casa e em viagens de trabalho por todo o mundo, José e Pilar é um retrato surpreendente de um autor durante o seu processo de criação e da relação de um casal empenhado em mudar o mundo – ou, pelo menos, em torná-lo melhor.

José e Pilar revela um Saramago desconhecido, desfaz ideias feitas e prova que génio e simplicidade são compatíveis. José e Pilar é um olhar sobre a vida de um dos grandes criadores do século XX e a demonstração de que, como diz Saramago, “tudo pode ser contado doutra maneira”. ●

+ **INFO** www.joseepilar.com



A campanha em defesa da paz e contra a Cimeira da NATO em Portugal – “Paz sim! NATO não!” convocou uma Manifestação para o dia **20 de Novembro**, às 15h00.

O desfile unirá o Marquês de Pombal à Praça dos Restauradores, em Lisboa.

Os organizadores apelam à participação de todos os portugueses amantes da paz.

EXPOSIÇÃO

Os Artistas Professores



Obras de oito artistas/professores, que influenciaram e foram determinantes no crescimento e percurso de outros artistas, dão vida uma interessante exposição no **Centro de Arte**

Moderna (CAM) da Fundação Gulbenkian, em Lisboa (Rua Dr. Nicolau Bettencourt), até **2 de Janeiro**. Em destaque estão as suas peças e a voz dos testemunhos de quem foi seu aluno. O CAM perguntou a 50 ex-alunos, hoje artistas, com idades compreendidas entre os 30 e 50 anos, quem tinham sido os professores que os tinham marcado. Álvaro Lapa, Ângela Ferreira, Eduardo Batarda, João Queiroz, Manuel Botelho, Miguel Branco, Pedro Morais e Rui Sanches, obtiveram mais de três nomeações. Nesta exposição mostram-se as suas obras e também a voz dos autores, de quem os escolheu. ●

Mais pormenores pelo telefone 217823474 Terça a domingo das 10h00 às 18h00

+ **INFO** www.cam.gulbenkian.pt

CDs

“Do amor e dos dias”: Camané em grande forma



Depois do CD “Sempre de Mim” (2008) e “Camané ao vivo no Coliseu” (CD+DVD, 2009) apareceu, finalmente, “Do Amor e dos Dias” Aí está Ca-

mané no seu melhor, confirmando-se como uma das vozes de referência no panorama do fado e da música portuguesa. O novo trabalho, apresentado recentemente no Centro Cultural de Belém, é constituído por 18 canções e já está a ser um êxito. | JPO ●

FESTIVAL

“Guimarães Jazz” em Novembro

Entre os dias **11 e 20 de Novembro**, o **Centro Cultural Vila Flor** volta a ser palco de mais uma edição do **Guimarães Jazz**. A **19ª!**

As opções tomadas ao nível da programação tiveram em consideração a grande afluência de público registada em 2009. “A experiência muito positiva dos anos anteriores colocou-nos, assim, perante o desafio de, mantendo a mesma estrutura no alinhamento, tentar desenvolver ideias de programação já presentes em edições passadas e gerar novos processos de interacção entre o público e a música”, sublinham os organizadores.

O concerto inaugural, agendado para o dia **11 de Novembro**, constitui um momento de celebração da memória do vibrafonista Lionel Hampton, uma das grandes figuras da história do jazz.

Propõe-se, assim, revisitar a atmosfera e a ambiência da sua música através da reconstituição de uma orquestra, formato em que ele mais se notabilizou, reunindo um conjunto alargado de músicos, entre os quais se incluem nomes importantes do jazz actual como Jason Marsalis (vibrafone), Lew Soloff (trompete), Red Holloway (saxofone) e Diane Schuur (voz), entre outros.

No dia **12 de Novembro**, apresenta-se o Quarteto de Kenny Garrett. Estamos perante um saxofonista alto com um percurso singular e de grande notoriedade, tendo sido inclusivamente um dos músicos que acompanhou com maior proximidade Miles Davis, que por ele tinha grande consideração com quem partilhava a condução das formações, nos últimos anos da sua vida.

Saxofone em grande plano

No primeiro sábado do festival (**13 de Novembro**) propõe-se a reunião em palco de três dos grandes saxofonistas vivos numa formação denominada “Saxophone Summit”: Dave Liebman, Joe Lovano e Ravi Coltrane. Estamos perante músicos representativos de, simultaneamente, três gerações e três diferentes escolas e formas de abordagem do saxofone, algo que permite a exploração de contrastes e diferenças de sonoridade que coexistem num mesmo instrumento.

No dia seguinte (**14 de Novembro**) apresenta-se, numa linha de continuidade em relação às edições anteriores e pelo quinto ano consecutivo, o Projecto Guimarães Jazz/TOAP 2010, que desta vez é constituído por Julian Argüelles (saxofone), Mário Laginha (piano), André Fernandes (guitarra), Nelson Cascais (contrabaixo) e Marco Cavaleiro (bateria).

Seguindo o modelo adoptado, esta formação preparará um concerto com composições originais que será gravado e posteriormente registado numa edição discográfica, estando previsto, como habitualmente, o seu lançamento na edição do **Guimarães Jazz** de 2011.

As *jam sessions* e a semana de workshops serão dirigidas pelo grupo “The Story”, que se apresentarão também em concerto do dia **17 de Novembro**.

Para o dia **18** está reservado um dos momentos mais intensos deste festival, com a apresentação do “New Quartet” do saxofonista Charles Lloyd, um músico que dispensa qualquer apresentação e cuja obra e percurso se afirmam e distinguem por si próprios. Neste concerto faz-se acompanhar de uma formação que o acompanha há já algum tempo, destacando-se pela suprema qualidade dos seus intervenientes: Jason Moran (piano), Reuben Rogers (contrabaixo) e Eric Harland (bateria). No dia seguinte (**19 de Novembro**) está previsto um concerto com o sexteto de Gonzalo Rubalcaba, pianista que repete a sua presença no **Guimarães Jazz** depois de ter estado na quinta edição do festival, em 1996.

Este é um músico que desenvolve uma linguagem musical com uma componente fortemente rítmica e influenciada pelas sonoridades da América Latina, assumindo o piano na sua dimensão quase percussiva uma influência na criação de uma dinâmica que sobrevive através de um conhecimento aprofundado das potencialidades do instrumento.

Será também interessante sentir as diferenças entre este concerto e aquele a que pudemos assistir há catorze anos atrás, percebendo que a evolução deste



Charles Lloyd em destaque na diversificada programação do **Guimarães Jazz 2010**

músico é de certa forma também uma manifestação visível da evolução do próprio festival.

Dois concertos no último dia

O dia de encerramento (**20 de Novembro**) será marcado por dois concertos distintos. O primeiro, ao final da tarde, terá a presença da Big Band da ESMAE dirigida pelos músicos do grupo “The Story”, resultado de uma colaboração com esta escola que se tem mantido ao longo dos anos.

O concerto final será da responsabilidade da “New York Composers Orchestra”, um conjunto que reúne alguns dos músicos mais representativos do movimento da “downtown” dos anos 90. Destacam-se as presenças de Wayne Horvitz (piano e direcção), Robin Holcomb (piano e direcção), Marty Ehrlich (saxofone), Doug Wieselman (saxofone), Lindsey Horner (contrabaixo) e Bobby Previte (bateria). Refira-se que esta orquestra se reunirá propositadamente para participar no festival. ●

Os bilhetes para o **Guimarães Jazz** já se encontram à venda no **Centro Cultural Vila Flor**, em www.ccvf.pt e em todas as lojas Fnac